



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2011



ÍNDICE

DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE	4
1. NOTA INTRODUTÓRIA	6
1.1. Âmbito	8
1.2. Estrutura	9
1.3. Nível de Classificação	9
1.4. Contactos	10
2. A SANEST	12
2.1. Apresentação Geral	14
2.1.1. Onde estamos	14
2.1.2. Quem somos	14
2.1.3. O que fazemos	14
2.2. O sistema de saneamento da Costa do Estoril	17
2.3. Modelo de governo	19
2.3.1. Órgãos sociais	19
2.3.2. Estrutura organizativa	21
2.3.3. Ferramentas de bom governo	23
2.4. O ano de 2011	25
3. O CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE	28
3.1. A estratégia	30
3.2. Envolvimento com as partes interessadas	31
3.3. I&D e inovação	32
3.4. Técnicas de medição	34
4. AS SIMBIOSES	36
4.1. Em simbiose com o ambiente	40
4.1.1. Desempenho ambiental	42
4.2. Em simbiose com os acionistas, colaboradores e comunidade	52
4.2.1. Desempenho económico	55
4.2.2. Desempenho social	59
ÍNDICE GRI	80





Mensagem do Presidente

A apresentação pelo segundo ano consecutivo, de informação relevante sobre o envolvimento da empresa em prosseguir princípios de desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambiental, social e económica, constitui para toda a equipa uma profunda satisfação.

Este relatório, procura tanto quanto possível, enquadrar esta informação de acordo com as diretrizes do GRI - Global Reporting Initiative, por forma a assegurar a fiabilidade dos respetivos indicadores e a transmitir confiança aos nossos parceiros.

O ano de 2011, foi marcante para a SANEST, dado que teve de tomar um conjunto de iniciativas tendentes a assegurar o cumprimento da sua missão.

Actuando na área ambiental e desenvolvendo uma actividade central para a qualidade da água nas praias da Costa do Estoril, com reflexos directos na qualidade de vida neste importante pólo da Área Metropolitana de Lisboa e criando as condições para o desenvolvimento do turismo ligado às actividades ligadas ao Rio Tejo e mar.

A empresa manteve a certificação do sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança e obteve a certificação do sistema de Responsabilidade Social com referencial SA 8000:2008.

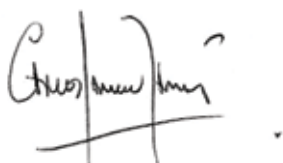
Este respeito pelos valores ambientais tem por trás um forte compromisso com a comunidade, contribuindo para qualificar a qualidade de vida de todos os que aqui vivem ou aqui se deslocam em trabalho ou lazer, sendo que para atingir esses objetivos ambiciosos vamos envolvendo a comunidade nas iniciativas da empresa através de programas de comunicação e educação e sensibilização ambiental.

Nessa linha, tem a empresa assegurado a qualificação dos seus colaboradores através de planos de formação, em todos os domínios de intervenção da empresa, apostando em inovação e desenvolvimento tecnológico, podemos afirmar que a SANEST está capacitada para prosseguir a sua missão dentro dos mais exigentes padrões do setor a nível nacional e internacional.

Na área da sustentabilidade económica importa destacar que a SANEST pratica no universo dos sistemas multimunicipais de águas residuais as tarifas de mais baixo valor, o que demonstra a sua eficiência e contribui para a harmonia dos seus acionistas e dos seus clientes, sendo um contributo para o reforço da competitividade e atratividade da região.

Os nossos indicadores de sustentabilidade refletem o nosso compromisso de eficiência operacional, de grande preocupação com as nossas responsabilidades com o ambiente, mas também a forma como vamos consolidando esse trabalho num clima de envolvimento com os colaboradores, em perfeita articulação com os acionistas e assegurando performances nos serviços prestados que estão alinhados com as expectativas dos clientes, dando dessa forma o nosso contributo para que a sustentabilidade da SANEST dê um contributo para a melhoria da qualidade de vida e de forma particular para a sustentabilidade em todo o território onde desenvolvemos actividade.

Estamos convictos que esta linha de actuação, tendo em conta a nossa actividade terá reflexos positivos de sustentabilidade muito para além da área que servimos, pois embora com actuação local, o efeito do nosso trabalho dá contributos à escala global.



Carlos Martins
Presidente do Conselho de Administração





1.

NOTA

INTRODUTÓRIA

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Em 2011 a SANEST elaborou o primeiro Relatório de Sustentabilidade verificado por entidade auditora externa independente, referente ao ano de 2010, sendo, no entanto, o seu segundo relato consolidado do desempenho económico e ambiental e social da SANEST – Saneamento da Costa do Estoril, S.A. (SANEST).

O Relatório de Sustentabilidade de 2010 foi aprovado no dia 6 de julho de 2011 pelo conselho de administração, tendo sido publicado e divulgado às partes interessadas no segundo semestre de 2011.

Em 2012 apresentamos o nosso segundo relatório verificado por entidade auditora externa independente, no qual fazemos uma análise do desempenho económico, ambiental e social da SANEST, face aos compromissos assumidos em 2011 em matéria de sustentabilidade.

A SANEST apresenta, mais uma vez, neste relatório, a sua estratégia e o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, no âmbito de um processo de consolidação da prática de relato global.

1.1. ÂMBITO

Com a elaboração deste relatório de sustentabilidade a SANEST pretende transmitir a todos os interessados o desempenho global da empresa no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2011, sendo portanto o ciclo de reporte anual. Pontualmente, serão reportadas práticas da empresa anteriores ou posteriores relativamente ao ano referenciado.

No cálculo dos valores reportados são considerados valores associados à Beneficiação do Tratamento da ETAR da Guia, sem prejuízo de esta se encontrar, em 2011, em fase de pré-arranque.

No que concerne ao parâmetro referente à componente de águas residuais, nos termos e conforme estabelecido em ponto específico e na Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais e para Ocupação de Domínio Público Hídrico, emitida pela Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., em 12 de outubro de 2010, este só será aplicável com a entrada em pleno funcionamento da instalação.

Efetivamente, o início em pleno funcionamento do novo tratamento da ETAR da Guia constitui o principal objetivo da SANEST, para 2012, bem como o principal fator para o desenvolvimento e concretização da sua estratégia de sustentabilidade.

Por outro lado e porque a nossa estratégia de futuro inclui o reaproveitamento energético e de resíduos, através da reutilização de águas tratadas, da valorização de lamas e da produção de biogás e de energia térmica e elétrica, o pleno funcionamento da instalação da Beneficiação do Tratamento da ETAR da Guia permitirá à SANEST a concretização destes objetivos, fundamentais para a sua estratégia de sustentabilidade.

1.2. ESTRUTURA

O Relatório de Sustentabilidade de 2011 da SANEST está organizado da seguinte forma:

Enquadramento estratégico: apresentação geral e o governo societário.

O caminho da sustentabilidade: a estratégia de sustentabilidade e o envolvimento das partes interessadas.

Desempenho: capítulos que respondem aos principais desafios identificados na estratégia. Nestes capítulos - intitulados "Em simbiose..." - são apresentados em detalhe os princípios, os compromissos, as práticas e ainda os indicadores-chave de desempenho.

A elaboração deste relatório teve como base o GRI - *Global Reporting Initiative*, linhas de orientação G3.1 e os referenciais da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), sendo desta forma garantidos os indicadores de *reporting* e da atividade. O relatório procura assim refletir os aspetos significativos económicos, ambientais e sociais da empresa, considerando os interesses das partes interessadas que com ela se relacionam.

Foram igualmente consideradas as orientações de gestão da tutela (Ministério das Finanças e da Administração Pública e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), nomeadamente o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II) e o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC).

1.3. NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO

O documento foi sujeito a verificação por parte de entidade auditora externa independente, com um nível de aplicação das diretrizes GRI de A+, tendo, assim, o Relatório de Sustentabilidade da SANEST, mantido a classificação que lhe tinha sido atribuída em 2011.

NÍVEL DE APLICAÇÃO GRI

	C	C+	B	B+	A	A+
Auto declarado		com verificação externa		com verificação externa		com verificação externa ✓
Examinado por terceiros						com verificação externa ✓

1.4. CONTACTOS

Para esclarecimentos adicionais ou envio de sugestões agradecemos que utilize os seguintes contactos:

SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A.

Área de Sistema de Responsabilidade Empresarial

Rua Flor da Murta – Terrugem

2770-064 Paço de Arcos

Tel. 214462100

Fax 214462270

e-mail: sanest@sanest.pt

Informação complementar encontra-se disponível no Relatório e Contas de 2011 e no sítio da internet da empresa www.sanest.pt







2. A SANEST

2. A SANEST

2.1. APRESENTAÇÃO GERAL

2.1.1. ONDE ESTAMOS

Estamos situados e operamos em Portugal, na zona ocidental da grande área metropolitana de Lisboa, abrangendo os municípios da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra.

A SANEST tem a sua sede na Estação de Tratamento de Águas Residuais da Guia (ETAR da Guia), localizada em Cascais e os serviços centrais estão localizados em Paço de Arcos, no Palácio Flor da Murta.

A ETAR da Guia é composta por duas instalações com localizações distintas:

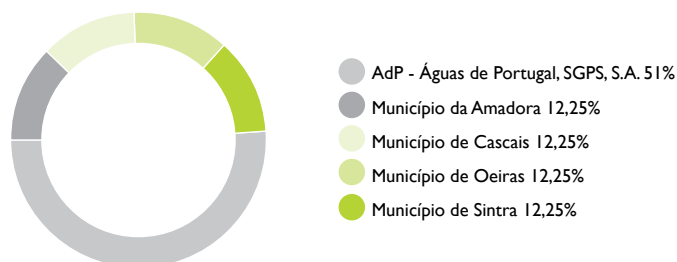
- Guia, em Cascais, onde se processa a fase líquida na estrada de ligação entre Cascais e o Guincho; e
- Outeiro da Lota, Alcabideche (Cascais), onde se processa a fase sólida.

2.1.2. QUEM SOMOS

Somos uma sociedade anónima de capitais públicos (criada pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho), responsável pela construção, gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, em regime de concessão, até ao ano de 2020.

A SANEST integra o grupo Águas de Portugal, que é o maior grupo empresarial do setor do Ambiente em Portugal. Foi criada em 1995 e assume uma função estruturante, contribuindo para a gestão dos recursos disponíveis no país e para a prossecução de políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente.

O capital social da SANEST é detido, maioritariamente, pela AdP SGPS, S.A. em 51% e os restantes 49% do capital pelos municípios, que assumem, ao mesmo tempo, a dupla qualidade de utilizador/cliente e acionista.



2.1.3. O QUE FAZEMOS

A SANEST exerce a sua atividade há mais de 15 anos, contribuindo ativamente para a boa qualidade, ao longo de todo o ano, da água das praias da Costa do Estoril, contribuindo desta forma para a sustentabilidade ambiental da região.

A atividade da Concessão compreende:

“A recolha de efluentes canalizados pelos Serviços Municipais competentes e o respetivo tratamento e rejeição”

e inclui

- A conceção e construção nos termos do projeto global;
- A aquisição, manutenção e renovação de todos os equipamentos necessários;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados e dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

São objetivos fundamentais da exploração e gestão do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (SSCE) contribuir para o desenvolvimento e para o bem-estar das populações que serve, assegurando a recolha, o transporte, o tratamento e a rejeição dos efluentes canalizados pelos municípios da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra, incluindo a construção, manutenção e renovação das infraestruturas do Sistema e a progressiva racionalização dos meios empregues nas diversas áreas da sua atividade.

A exploração e gestão do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril configuram um serviço público exercido em regime de exclusividade, de acordo com o Contrato de Concessão celebrado entre o Estado e a SANEST em 15 de setembro de 1995, pelo período de 25 anos.

2.1.3.1. A NOSSA POLÍTICA DE GESTÃO

A Política de Gestão da SANEST traduz a sua Visão estratégica, aquilo que é sua Missão, a elencagem dos Valores que devem presidir ao seu desempenho enquanto empresa e, finalmente, o compromisso em matéria de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade social.

Num quadro de respeito integral dos requisitos das normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000, a SANEST compromete-se a:

- Promover, considerar e satisfazer os interesses dos Clientes e das demais Partes Interessadas, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Recolha;
- Cumprir os requisitos legais e outros requisitos aplicáveis à SANEST;
- Desenvolver as suas atividades e processos de modo a prevenir, ou minimizar, os impactes ambientais e os riscos de SHST (Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho) a eles associados;
- Adotar como princípio a prevenção da poluição, através da melhoria da qualidade das águas residuais rejeitadas no meio recetor, promovendo o bem-estar da população;
- Assumir o compromisso da prevenção de danos para a saúde e segurança dos seus trabalhadores e das entidades contratadas, promovendo adequadas condições laborais e sociais das infraestruturas e equipamentos do Sistema;
- Assegurar a melhoria contínua do desempenho do seu sistema de gestão integrado, através de objetivos e metas estabelecidos e revistos periodicamente, neles envolvendo todos os seus trabalhadores;
- Reforçar a colaboração institucional e comercial com as entidades que com ela se relacionem, fortalecendo a mútua confiança entre as Partes;
- Atuar de forma socialmente responsável, em conformidade com os requisitos aplicáveis, respeitando os instrumentos internacionais aplicáveis e as suas interpretações.

2. 1.3.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES**MISSÃO**

Na sua missão de “assegurar, de forma regular, contínua e eficiente, na qualidade de concessionária do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (SSCE),

**A SANEST
EM GRANDES NÚMEROS****88**

NÚMERO DE COLABORADORES

17.163.570 €

RECEITAS LÍQUIDAS

58.511.369 M³QUANTIDADE DE PRODUTOS OU SERVIÇOS FORNECIDOS¹**199.164.567 €**

TOTAL DE ATIVOS

6.182.340 €

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

2.895.564 €

GASTOS COM PESSOAL

13.397.831 €

AMORTIZAÇÕES, DEPRECIAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

¹ Volume de águas residuais recolhidas no SSCE (Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril)

IMPACTOS POSITIVOS

- PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
 - PRESERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS
 - PROMOÇÃO DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA
 - PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA
 - PROMOÇÃO DA ECONOMIA (CRIAÇÃO DE RIQUEZA) A NÍVEL REGIONAL
 - CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO (DIRETOS E INDIRETOS)
 - FOMENTO DO TURISMO (COM O AUMENTO DAS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE DOS CURSOS DE ÁGUA E DOS SOLOS)
 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL
-

IMPACTOS NEGATIVOS

- GRANDES ÁREAS OCUPADAS
 - CONSUMOS DE ENERGIA
 - EMISSÕES
 - DISPERSÃO DO EFLUENTE TRATADO
 - IMPACTO NA POPULAÇÃO LOCAL EM RESULTADO DE OBRAS
-

a recolha, transporte, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos municípios de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra”, a SANEST procura alcançar níveis de desempenho cada vez mais elevados de forma tecnicamente avançada, economicamente eficiente e ambientalmente responsável.

VISÃO

A Política de Gestão da SANEST tem como determinante visão “operar, manter e gerir, promovendo os interesses de todas as partes interessadas, o Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, em prol da melhoria da qualidade da água das praias e das ribeiras, na área de influência do Sistema, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável”.

Em complemento dessa postura, e com esse sentimento, a SANEST procurou reconhecer os seus clientes e os *stakeholders* como parceiros, antecipando, e satisfazendo, as suas necessidades e, sempre que possível, excedendo as suas expectativas.

VALORES

Espírito de servir - agir com vontade e dedicação no cumprimento da missão.

Excelência - procurar, de forma perseverante, soluções de inovação e desenvolvimento tecnológico, numa ótica de melhoria contínua do serviço prestado.

Rigor - cumprir, de forma coerente e consequente, os princípios e os deveres acolhidos no Contrato de Concessão e nos Contratos de Recolha.

Integridade - atuar de forma ética no exercício das suas atribuições e competências.

Responsabilidade - assumir o compromisso de atuar de forma económica, ambiental e socialmente responsável.

2.1.3.3. CUMPRIMENTO DA MISSÃO

A SANEST prosseguiu o cumprimento da sua missão no quadro das orientações estratégicas que foram determinadas pelos seus acionistas e das obrigações emergentes quer do Contrato de Concessão quer dos Contratos de Recolha, e no consequente desenvolvimento de investimentos e infraestruturas para a recolha e tratamento das águas residuais provenientes dos municípios da área de concessão, contribuindo, assim, ativamente, para a promoção do desenvolvimento sustentável da região.

O exercício de 2011 continuou a ser marcado pelo enquadramento económico e financeiro do País, nomeadamente pela aprovação do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC) e a consequente fixação dos limites anuais ao crescimento do endividamento, de 2010 a 2013, para as empresas do Setor Empresarial do Estado, no entanto, da atividade da SANEST com vista ao cumprimento da sua missão, consideramos ser de destacar:

- A SANEST conseguiu atingir a redução de gastos com pessoal e fornecimento e serviços externos de 15 % face à atividade equivalente de 2009 imposta pelo governo sem que tenha havido perda de qualidade do serviço prestado, um dos objetivos primordiais da empresa;
- O investimento realizado em 2011 de 4,8 M€, ficou muito abaixo do expectável dado que a SANEST procedeu à rescisão do contrato da empreitada de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, com consequente posse administrativa, já em 2012, face à manifesta incapacidade do consórcio de colocar a instalação em arranque e consequentemente cumprir os parâmetros de tratamento exigidos;

- Após a pronúncia favorável do Concedente e da Agência Portuguesa do Ambiente, foi iniciada a revisão do projeto de construção da Via das Patinhas, um dos investimentos incluído nas medidas de compensação aos moradores de Cascais, enquanto medidas de minimização previstas na declaração de impacte ambiental;
- Os espaços exteriores e áreas envolventes das novas instalações mereceram também especial atenção na medida em que devem transmitir para o exterior uma imagem cuidada, sem contrastes com a sua envolvente, e nesse sentido foram desenvolvidos os projetos de integração paisagística das estações de tratamento da fase líquida e da fase sólida, tendo sido, em 2011, concretizada a adjudicação da intervenção na fase líquida;
- Ainda a nível de investimentos a SANEST prosseguiu o plano estratégico e sustentado de intervenções por bacia hidrográfica na rede que gere, no âmbito da reabilitação do Sistema Multimunicipal e também no quadro da harmonização com os Sistemas de Drenagem Municipais, sendo de relevar a conclusão da empreitada de reabilitação do Emissário das Marianas ao longo do bairro das Marianas e entre o bairro da Junqueira e a EE de Carcavelos e a adjudicação da empreitada de reabilitação do emissário de Sassoeiros, zona alta, até ao intercetor;
- No âmbito da operação e manutenção do Sistema continuaram os trabalhos de manutenção da rede de drenagem e atualização do seu cadastro bem como o acompanhamento e desenvolvimento de ações para deteção e controlo de focos de poluição afetando as praias e ribeiras da Costa do Estoril;
- Como habitualmente, decorreram durante o ano as campanhas de monitorização da qualidade da água das praias, das ribeiras e do meio recetor. Esta última, levada a efeito através de uma campanha realizada por um laboratório acreditado e que abrangeu as 21 praias da área servida pelo Sistema, contribuiu para apoiar o processo, gerido pelos municípios, de candidatura ao “galardão bandeira azul”.

2.2. O SISTEMA DE SANEAMENTO DA COSTA DO ESTORIL



O Sistema de Saneamento da Costa do Estoril é um sistema que interceta as águas residuais urbanas coletadas pelas redes de drenagem municipais de uma aglomeração geograficamente limitada pela linha vermelha na figura, que abrange todo o concelho de Cascais, grande parte do território dos concelhos de Oeiras e de Sintra e uma parte menor do concelho de Amadora sendo estes quatro municípios os utilizadores do Sistema. Atualmente, o Sistema de Saneamento da Costa do Estoril serve uma população de cerca de 800.000 habitantes equivalentes.

O Sistema de Saneamento da Costa do Estoril inclui as seguintes componentes principais: um intercetor geral de escoamento totalmente gravítico com cerca de vinte e cinco quilómetros de extensão total, dezassete emissários gravíticos, nove estações elevatórias que bombeiam as águas residuais provenientes das zonas baixas junto à costa, abaixo da cota do intercetor e que não apresentam possibilidade de ligação gravítica, uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) subterrânea, e um emissário submarino com dois ramos difusores, que lança as águas residuais tratadas a cerca de 3 km da costa, à profundidade de cerca de 45 m, na zona da Guia, em meio recetor classificado como "zona menos sensível", pelo Decreto-Lei n.º 198/2008, de 19 de junho – zona menos sensível do Cabo da Roca/Estoril.

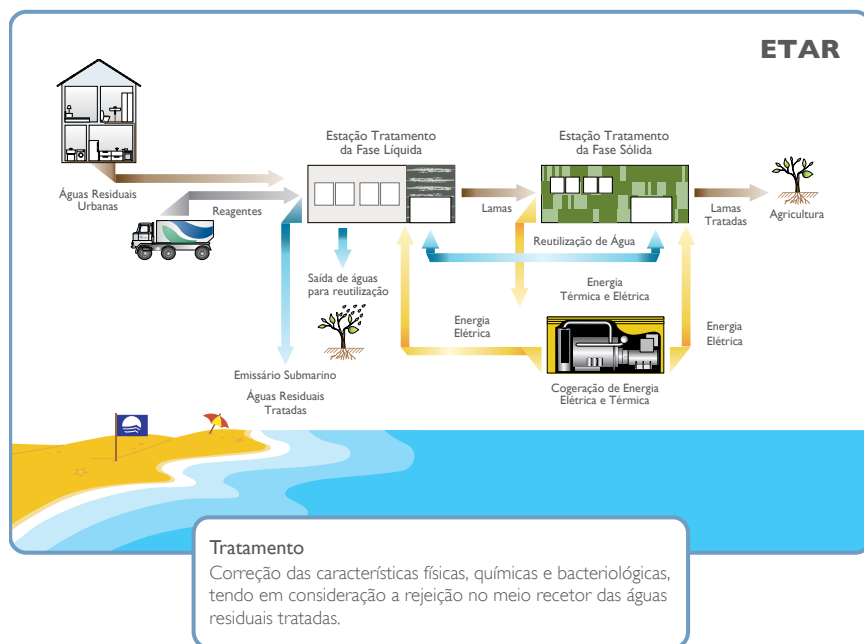
A ETAR da Guia foi, até 2009, uma estação de tratamento preliminar, na qual as águas residuais eram sujeitas a uma tamisagem, através de tamisadores do tipo STEP-SCREEN, para remoção de sólidos grosseiros com diâmetro igual ou superior a 3 mm, e a uma desarenação, para extração de areias de diâmetro igual ou superior a 0,2 mm. Os sólidos removidos eram lavados e compactados de forma a facilitar o seu posterior envio a operadores de gestão de resíduos licenciados para o efeito. Em 2011, o caudal médio diário anual afluente à ETAR foi de 1,83 m³/s.

Na ETAR da Guia, era também realizada a desodorização do ar libertado, através de uma torre de lavagem química, com uma capacidade de tratamento de 75.000 Nm³/h.

A Beneficiação do Tratamento é constituída pelas seguintes unidades:

- Na Estação de Tratamento da Fase Líquida (ETFL), subterrânea, junto à atual ETAR da Guia, com uma área de implantação de cerca de 4.600 m², irá permitir a realização do tratamento primário durante todo o ano (desengorduramento e decantação lamelar), complementado com adição de reagentes (nas etapas de mistura rápida e de floculação), filtração gravítica em areia e desinfeção por radiação ultravioleta, durante a época balnear;
- Na Estação de Tratamento da Fase Sólida (ETFS), separada da ETFL, localizada em Outeiro da Lota, ocupando uma área de cerca de 4 ha, as lamas resultantes do tratamento da fase líquida são sujeitas a espessamento mecânico por centrifugação, com adição de polieletrólito, digestão anaeróbia (mesófila), desidratação mecânica por centrifugação e secagem térmica. A instalação está munida também de grupos de cogeração alimentados a biogás e gás natural;
- Um sistema elevatório de transporte das lamas entre a ETFL e a ETFS, (conduta de interligação), com cerca de 4 km de extensão, subterrâneo e instalado em vala.

Para assegurar a qualidade requerida que permita a reutilização de parte dos efluentes depurados em usos compatíveis, designadamente a rega, preconiza-se um tratamento adicional, na ETFL, para uma parte do caudal efluente (9.000 m³/dia), através de um processo de tratamento biológico, complementado por filtração em pressão e desinfeção por radiação ultravioleta.



2.3. MODELO DE GOVERNO

A SANEST foi criada pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, ao abrigo do qual foram aprovados os seus Estatutos.

Os órgãos sociais da SANEST, constituídos pela mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Comissão Executiva e Fiscal Único, são eleitos pela Assembleia Geral por períodos de três anos, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, contando-se como completo o ano civil em que foram eleitos.

Esta Concessionária possui um Manual de Governo da Sociedade, que compila o conjunto de normas constantes dos Estatutos da Sociedade e as Deliberações e Regulamentos Internos aprovados pelo Conselho de Administração, referentes ao funcionamento do Conselho de Administração e à sua estrutura organizativa. O aludido Manual de Governo da Sociedade foi aprovado em 22 de julho de 2009, pelo seu Conselho de Administração, revisto em 28 de julho de 2010 e atualizado em 24 de maio de 2011.

A SANEST segue os Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado estabelecidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, na prestação do serviço público de saneamento de águas residuais em “alta”, aos municípios servidos pelo Sistema de Saneamento da Costa do Estoril.

2.3.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

A gestão da SANEST é assegurada por um conselho de administração, cujo presidente e vogais são eleitos em assembleia geral, à qual compete, ainda, eleger um fiscal único e uma comissão de vencimentos. O secretário da sociedade e o seu suplente integram também os órgãos sociais, sendo nomeados pelo conselho de administração.

A SANEST, enquanto empresa pública, adotou uma estrutura de gestão em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto.

Os membros dos órgãos sociais em exercício de funções no decurso do ano de 2011 foram eleitos por deliberação unânime por escrito tomada em 1 de fevereiro de 2010, para o mandato de 2010 / 2012, com exceção do Fiscal Único que foi eleito, pelo mesmo mandato, na Assembleia Geral realizada no dia 16 de março de 2010.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14.º do Contrato de Sociedade, a mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo estes escolhidos entre os acionistas ou outras pessoas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Contrato da Sociedade, a administração da Sociedade é exercida por um conselho de administração, composto por três ou cinco membros, eleito pela assembleia geral.

O Conselho de Administração, em exercício de funções no decurso do ano de 2011 teve a seguinte composição.

Conselho de Administração	
Presidente	Amaldo Lobo Moreira Pêgo
Vogal Executivo	Mateus António Maniés Roque (*)
Vogal Executivo	Carla da Conceição Afonso Correia
Vogal Executivo	Município de Sintra, representado por Luís Manuel Pires Patrício
Vogal Executivo	Município de Oeiras, representado por Rui José Gonçalves Clemente Lele

Por deliberação do Conselho de Administração da SANEST, nos termos do artigo 20.º, do Contrato de Sociedade, e do n.º 3, do artigo 407.º, do Código das Sociedades Comerciais, foi deliberado criar uma Comissão Executiva aplicando-se ao seu funcionamento, com as devidas adaptações, as regras previstas no Contrato de Sociedade para o funcionamento do Conselho de Administração, a qual tem a seguinte composição:

Comissão Executiva	
Presidente	Mateus António Maniés Roque (*)
Vogal	Carla da Conceição Afonso Correia
Vogal	Município de Sintra, representado por Luís Manuel Pires Patrício

*)Renúncia a 28 de abril de 2011 e todas as áreas da sua responsabilidade foram cometidas à Vogal Carla Correia

Com a criação da Comissão Executiva o presidente do Conselho de Administração, na sequência da deliberação unânime por escrito tomada em 1 de fevereiro de 2010, não assumiu funções executivas.

Sem prejuízo do exercício colegial das funções da Comissão Executiva, foi especialmente cometida, a cada um dos seus membros, a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas áreas de responsabilidade, conforme seguidamente indicado.

Comissão Executiva	Área de Responsabilidade
Presidente ^(*) Mateus António Maniés Roque	Engenharia Secretário da Sociedade Comunicação e Educação Ambiental
Vogal Carla da Conceição Afonso Correia	Administrativa e Financeira Planeamento e Controlo de Gestão Apoio Jurídico Sistema de Responsabilidade Empresarial
Vogal Município de Sintra representado por Luís Manuel Pires Patrício	Operação e Manutenção Sistemas e Tecnologias de Informação

^(*)Renúncia a 28 de abril de 2011

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da atividade da Sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único Suplente, conforme for deliberado, nos termos da Lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandato de três anos, renováveis.

O Fiscal Único, nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais emite relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas, o qual integra o Relatório e Contas da empresa.

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17.º do Contrato da Sociedade, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, delegar esta competência numa comissão de vencimentos. Por deliberação social unânime por escrito, datada de um de fevereiro de 2010, foi eleita a Comissão de Vencimentos composta por um presidente e dois vogais. Por deliberação de 6 de setembro de 2010 a Comissão de Vencimentos fixou as remunerações dos membros dos órgãos sociais para o mandato de 2010/2012.

Em 2011 continuou suspenso o pagamento da componente variável da remuneração dos administradores executivos, de acordo com o Despacho n.º 5696-A/2010 do senhor Ministro do Estado e das Finanças, bem como a legislação e orientações posteriores que afetem o Setor Empresarial do Estado.

De acordo com a Lei n.º 12-A/2010, a partir de 1 de junho de 2010 a remuneração fixa mensal ilíquida dos administradores executivos e não executivos, foi reduzida, a título excecional, em 5%.

Posteriormente, e nos termos do disposto na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2011, a remuneração fixa mensal ilíquida dos administradores executivos e não executivos da SANEST sofreu uma redução adicional de 10%.

Informação adicional poderá ser consultada no Relatório e Contas da empresa.

2.3.2 ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Para o exercício da sua atividade a SANEST dispõe de uma estrutura organizativa assente numa lógica funcional, dispondo de três direções sob a tutela da

administração, nomeadamente Direção de Engenharia, Direção de Operação e Direção Administrativa e Financeira, que executam as atividades operacionais e de suporte à empresa.

DIREÇÃO DE ENGENHARIA

É responsável por gerir os investimentos de construção e de reabilitação de infraestruturas, executando as atividades necessárias designadamente a coordenação dos estudos e projetos, dos processos de operação, serviço e expropriação, dos procedimentos para realização das empreitadas e da fiscalização das obras, para assegurar o controlo de qualidade, de prazos e de custos de tais intervenções, em articulação com a estratégia do Grupo e com as orientações do Conselho de Administração.

DIREÇÃO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Tem como responsabilidade assegurar a operação, conservação e manutenção dos equipamentos e infraestruturas afetas aos processos de recolha e transporte e elevação e tratamento, de acordo com a estratégia e orientações definidas pelo Conselho de Administração e legislação em vigor, de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos e a otimização dos resultados, garantido a funcionalidade e a fiabilidade do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril. Garante, ainda, a monitorização das águas balneares e das ribeiras da área de intervenção do SSCE, de acordo com as orientações definidas pela administração.

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

É responsável pelo funcionamento das áreas financeira, administrativa e de recursos humanos, garantindo a prestação de contas em cumprimento das obrigações fiscais e legais, em articulação com a estratégia do Grupo e as orientações do Conselho de Administração, de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos e a otimização dos resultados.

Os órgãos de apoio e secretariado de administração exercem funções transversais a toda a empresa, reportando diretamente à Administração, conforme se ilustra no organograma.



2.3.3. FERRAMENTAS DE BOM GOVERNO

2.3.3.1. CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

Tendo em vista cimentar a existência e a partilha de valores e normas de conduta, reforçando uma cultura comum, procurando promover relações de confiança entre a empresa e os seus parceiros, reduzindo a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos e respondendo ao desafio cívico de alicerçar a Sociedade em princípios éticos, que respeitem as orientações de organizações supranacionais, o Conselho de Administração da SANEST aprovou o Código de Conduta e Ética do grupo Águas de Portugal que cobre as mais diversas áreas, nomeadamente a responsabilidade, o respeito pelas pessoas, o comportamento profissional, a conformidade com as leis, regras e regulamentos, o ambiente, higiene e segurança e o controlo do risco nas suas mais amplas interpretações (acidentes, risco operacional, riscos financeiros, climáticos, etc.).

Este código reflete ainda a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua, com base no respeito pelos direitos dos colaboradores, na responsabilidade da defesa e da proteção do ambiente, na transparência nas relações com o exterior e no contributo para o desenvolvimento sustentável.

2.3.3.2. MANUAL DE GOVERNO DA SOCIEDADE

O Manual de Governo da Sociedade foi desenvolvido com o objetivo de compilar as normas constantes dos Estatutos da Sociedade e as deliberações e regulamentos internos aprovados pelo Conselho de Administração, referentes ao funcionamento do Conselho de Administração e da comissão executiva e à sua estrutura organizativa. O aludido manual de governo da sociedade foi aprovado pelo conselho de administração em 22 de julho de 2009, revisto em 28 de julho de 2010 e atualizado em 24 de maio de 2011.

2.3.3.3. MANUAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

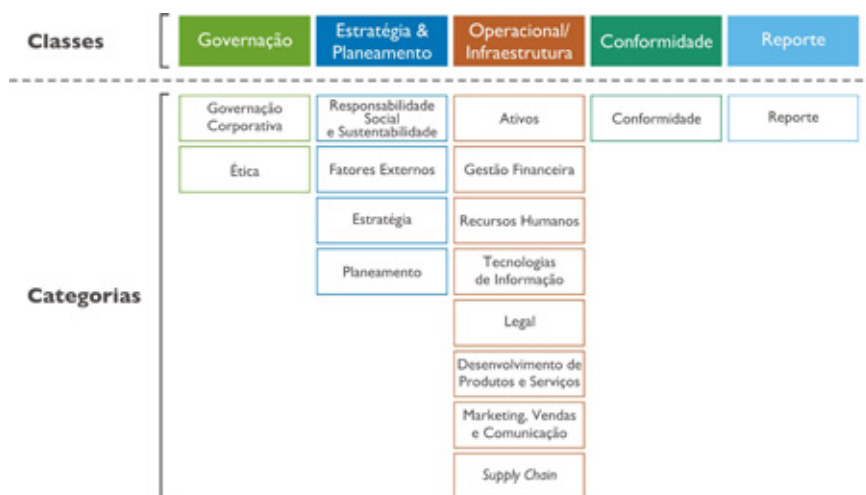
Com vista a melhorar a execução da gestão corrente, a Comissão Executiva da SANEST aprovou, em 22 de julho de 2009, o Manual de Delegação de Competências, considerando-se delegação o processo de atribuição de responsabilidade do exercício de uma atividade e a correspondente autoridade para o efeito.

2.3.3.4. GESTÃO DE RISCO

A SANEST e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2011 deu-se continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído por cada empresa para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

A avaliação do impacto tem em conta as dimensões:

- financeira;
- reputação;
- legal ou regulamentar; e
- nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- existência e eficácia de controlos
- ocorrência anterior do risco
- complexidade do risco
- capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A auditoria interna e controlo de risco do grupo AdP tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Considerando que reporta diretamente ao Conselho de Administração da Águas de Portugal SGPS, S.A., a sua independência perante as administrações das empresas auditadas é reforçada e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela SANEST, sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP, SGPS). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela SANEST e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- envolvente política, económica e financeira
- alterações de legislação, regulamentação e regulação
- relacionamento com os municípios
- continuidade do negócio
- cobranças
- crédito e financiamento

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

2.4. O ANO DE 2011

No ano de 2011, a SANEST procedeu à rescisão do contrato de empreitada de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, com consequente posse administrativa, em 2012, face à manifesta incapacidade do Consócio de colocar a instalação em arranque e consequentemente de cumprir os parâmetros de tratamento exigidos.

Nos termos do disposto no Despacho n.º 1315/2010, de 15 de novembro do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e no Despacho n.º 155/2011-MFAP, de 28 de abril foi cumprido o Plano de Redução de Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos.

A tarifa praticada pela SANEST no ano de 2011 foi de 0,2764€/m³, sendo, uma vez mais, a tarifa mais baixa entre as empresas nacionais congéneres.

No que se refere à gestão da empresa a SANEST superou na maior parte dos casos os objetivos propostos para os indicadores de gestão, tendo desenvolvido durante o ano todas as atividades a que se propôs e das quais se destacam os seguintes acontecimentos:

- Desenvolvimento da atividade da SANEST num contexto de fortes constrangimentos e restrições decorrentes das orientações estatais para fazer face à crise económica e financeira, com efeitos diretos no investimento e nos gastos operacionais.
- Manutenção da rede de drenagem, bem como com o acompanhamento e desenvolvimento de ações para deteção e controlo de focos de poluição afetando as praias e ribeiras da Costa do Estoril;
- Monitorização da qualidade das águas balneares durante todo o ano, através uma campanha efetuada por um laboratório acreditado e que abrangeu as 21 praias da área servida pelo Sistema. Esta campanha contribuiu para apoiar o processo, gerido pelos municípios, de candidatura ao “Galardão Bandeira Azul”;
- Reabilitação do Sistema, dando continuidade à renovação de troços dos emissários

- de Sassoeiros, das Marianas, de Caparide, de Barcarena e da Castelhana
- Elaboração do primeiro Relatório de Sustentabilidade da Empresa verificado por entidade auditora externa, com nível de aplicação das diretrizes GRI de A+;
 - Manutenção da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança;
 - Obtenção de certificação do Sistema de Responsabilidade Social, de acordo com o referencial SA 8000:2008;
 - Aprovação do Plano Global de comunicação 2012 e 2013 e conclusão do Plano de Educação Ambiental a partir de 2012;
 - Manutenção e evolução da rede multisserviços e melhoria na sua gestão e monitorização centralizada, tendo sido também importante a procura e implementação de soluções *open source* de forma a reduzir os custos de licenciamento a nível de servidores e *backoffice*;
 - Aprovação do Regulamento Interno de Contratação visando dotar os utilizadores da SANEST de um instrumento auxiliar aos conceitos da contratação pública introduzidos pelo Código dos Contratos Públicos, bem como de garantia da aplicação das regras relativas à tramitação dos procedimentos pré-contratuais públicos;
 - Distribuição dos ganhos de produtividade aos acionistas referentes aos exercícios de 2004 a 2010, conforme deliberação da Assembleia Geral de 19 de julho de 2011 e autorização do Concedente de 20 de outubro de 2011;
 - Celebração de acordo regularização de dívida resultante de protocolos com a Câmara Municipal de Sintra e consensualizadas versões finais de acordos a celebrar com o município de Cascais, também para regularização de dívidas resultantes de protocolos.

ACORDO
REGULARIZAÇÃO DE
DÍVIDA RESULTANTE
DE PROTOCOLOS
COM A CÂMARA
MUNICIPAL DE SINTRA
E CONSENSUALIZADAS
VERSÕES FINAIS DE
ACORDOS A CELEBRAR
COM O MUNICÍPIO DE
CASCAIS.





3. O CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE

3. O CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE

3.1. A ESTRATÉGIA

A SANEST, enquanto empresa integrada no grupo Águas de Portugal, prossegue a estratégia de Sustentabilidade estabelecida pela AdP, para o Grupo, no início de 2009, a qual se baseia na criação de Simbioses com o Ambiente, com os Acionistas e Colaboradores e com as demais Partes Interessadas, com quem tem uma relação de estreita interdependência.

Na nossa estratégia de Sustentabilidade as partes interessadas são o ponto fulcral, dependendo o sucesso da mesma do seu envolvimento e da capacidade de resposta às suas necessidades e expectativas.

É por isso que consideramos que, associado à Sustentabilidade, surge o conceito de Simbiose - dar e receber sinergias.

A Sustentabilidade nas empresas é para todos, para os seus colaboradores, para os seus clientes, para os seus acionistas, para toda a sociedade com quem a empresa direta e indiretamente se relaciona e para os que direta ou indiretamente beneficiam dessas Simbioses.

A Sustentabilidade pretende chegar aos grupos de voz ativa, pessoas, grupos e organizações, bem como às Partes Interessadas sem voz.

As empresas do grupo Águas de Portugal, e portanto a SANEST, têm uma responsabilidade acrescida na medida em que a sua estratégia de Sustentabilidade ambiciona ir mais além do motivo que levou à sua criação, adotando práticas sustentáveis, que potenciam o papel ativo das Empresas na Sociedade e no Meio Ambiente.

Consciente da sua responsabilidade enquanto empresa do setor do ambiente e dos desafios que se lhe irão colocar em matéria de Sustentabilidade, a SANEST acredita que a Sustentabilidade se consegue criando Simbioses com os Acionistas, Colaboradores, Comunidade e demais Partes Interessadas e com o Ambiente.

Na base do modelo de gestão da SANEST e, conseqüentemente, na sua estratégia de Sustentabilidade estão integradas as regras de Bom Governo do Setor Empresarial do Estado e as orientações da Tutela, nomeadamente o PEAASAR II para o período de 2007-2013, aprovado pelo Despacho n.º 2339/2007, DR 2.ª Série, n.º 32, de 14 de fevereiro, materializa as orientações estratégicas e as metas para o setor, definindo para tal três grandes objetivos estratégicos:

- A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço;
- A sustentabilidade do setor, implicando a melhoria da produtividade e da eficiência;
- A proteção dos valores de saúde pública e ambientais.

A SANEST assegura o cumprimento destes objetivos e, conseqüentemente, da sua estratégia de sustentabilidade através da assunção de princípios e compromissos, cuja concretização é avaliada através de indicadores, definidos a partir dos protocolos

—
NA NOSSA ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE AS PARTES INTERESSADAS SÃO O PONTO FULCRAL, DEPENDENDO O SUCESSO DA MESMA DO SEU ENVOLVIMENTO E DA CAPACIDADE DE RESPOSTA ÀS SUAS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS.
—

GRI e reporte do seu desempenho na parte deste relatório dedicada às simbioses

Princípios que consubstanciam a estratégia de sustentabilidade da SANEST:

EM SIMBIOSE COM O AMBIENTE

- Promover a gestão, a conservação e a valorização dos recursos
- Contribuir para a proteção da natureza e da biodiversidade
- Contribuir para o combate às alterações climáticas

EM SIMBIOSE COM OS ACIONISTAS, COLABORADORES E COMUNIDADE

- Garantir a sustentabilidade económica do Grupo e a criação de valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Valorizar a relação com os colaboradores
- Partilhar os princípios de sustentabilidade na relação com as partes interessadas
- Criar parcerias, em cooperação com os meios académicos e empresarial, com vista à promoção da I&D e da inovação

3.2. ENVOLVIMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

No âmbito da elaboração do primeiro Relatório de Sustentabilidade, a SANEST procedeu à identificação das partes interessadas com maior impacto e envolvimento na atividade da Empresa, e ao levantamento das principais formas de comunicação. Os resultados desta análise são apresentados no esquema seguinte:



Concluída a fase de identificação de partes interessadas, a SANEST tem vindo a desenvolver um processo de envolvimento específico no âmbito da sustentabilidade, que terá como objetivos identificar as suas expectativas e confirmar a relevância dos temas a incluir no futuro Relatório de Sustentabilidade da empresa.

ACIONISTAS / CLIENTES

O retorno da informação de acionistas/ clientes é assegurado, entre outros mecanismos, através do processo de avaliação da satisfação e da eventual realização de reuniões específicas.

O grau de satisfação global obtido em 2011 foi de 79%, sendo que, como questões essenciais a melhorar, destacam-se:

- A otimização da capacidade de resposta a pedidos de informação e reclamações remetidas à SANEST;
- A melhoria do envio de informação sobre o serviço prestado pela SANEST, designadamente dos resultados da monitorização da descarga no meio.

COLABORADORES

Em 2011 foram realizadas duas reuniões com os representantes dos trabalhadores em matéria de SHST e foi eleito novo Representante dos Trabalhadores em matéria de Responsabilidade Social.

Quanto ao retorno da informação dos colaboradores destacam-se preocupações relacionadas com a SHST e gestão de recursos humanos, questões que deram origem ao desenvolvimento de diversas ações específicas no âmbito do Sistema de Gestão de SHST e de Responsabilidade Social.

COMUNIDADE

A SANEST mantém uma relação estreita com a comunidade, sendo o seu objetivo a universalidade, a continuidade e a qualidade dos serviços.

Ao longo do ano de 2011 o Conselho de Administração promoveu a realização de várias reuniões com a população residente na área de influência da ETAR da Guia que permitiram, de forma proactiva, informar e esclarecer as várias questões colocadas, e em conjunto, encontrarem-se soluções e consenso que permitam uma convivência harmoniosa e equilibrada.

Não obstante este esforço, o pré-arranque da Beneficiação da ETAR da Guia e os constantes ensaios efetuados pelo consórcio conduziram a que a comunicação fosse identificada como um ponto a melhorar.

No entanto, não duvidamos que a importância da atividade para a qualidade de vida da população e as sinergias da educação e da sensibilização ambientais constituem-se como uma das forças da SANEST.

Quanto às oportunidades, são vários os aspetos identificados:

- O impacto da sensibilização e educação ambiental na eficiência do negócio;
- A crescente universalidade dos acessos, continuidade e qualidade do serviço;
- Os valores da saúde pública e os valores ambientais previstos no PEAASAR II.

Como principais ameaças identificam-se os riscos de potenciais problemas decorrentes do funcionamento das instalações.

3.3. I&D E INOVAÇÃO

No âmbito do seu objetivo de preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente e reforçando a interação com a comunidade e a informação disponibilizada, a SANEST tem desenvolvido estudos sobre a orla costeira em parceria com Instituições Académicas e de Investigação, para compreensão da influência no meio recetor das águas residuais tratadas descarregadas através do emissário submarino,

—
A SANEST MANTÉM
UMA RELAÇÃO ESTREITA
COM A COMUNIDADE,
SENDO O SEU OBJETIVO
A UNIVERSALIDADE,
A CONTINUIDADE E
A QUALIDADE DOS
SERVIÇOS.
—

bem como da influência das ribeiras na qualidade das águas balneares da Costa do Estoril.

Tendo como objetivo a preservação dos bens da Concessão, nos quais se incluem uma rede de saneamento com cerca de 144 km de extensão, a SANEST participou em vários estudos de otimização de operações, com vista à minimização dos recursos envolvidos.

Tendo em conta as linhas orientadoras atrás referidas, em 2011, foram desenvolvidos os seguintes estudos:

- **Monitorização ambiental do Emissário Submarino da Guia e da ETAR da Guia** - estudo desenvolvido através de um acordo de cooperação estabelecido com o Instituto Superior Técnico, Laboratório Nacional de Energia e Geologia (ex-INETI), Universidade de Aveiro, Instituto Hidrográfico e Instituto Nacional de Recursos Biológicos/L-IPIMAR, que tem permitido avaliar o reduzido impacto ambiental das águas residuais sujeitas a tratamento preliminar no meio recetor, o qual sustentou, em anos anteriores, a Derrogação de Tratamento Secundário concedida ao Aglomerado da Costa do Estoril através da Decisão da Comissão 20001/720/CE, de 8 de outubro, que define o nível de tratamento da ETAR da Guia.

Em 2011 este estudo foi adaptado com a incorporação dos requisitos da nova Licença de Descarga n.º ARHT/2381.10/R/LAR.U.CO.C., emitida em 12 de outubro de 2010.

- **Monitorização das ribeiras e praias da Costa do Estoril - Fase I** - projeto-piloto inovador, desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico (MARETEC), pretende conceber um sistema de aviso e de alerta das águas balneares da Costa do Estoril, indo ao encontro do estabelecido na nova diretiva da águas balneares (Diretiva 2006/7/CE, de 15 de fevereiro). Este sistema de informação, que se encontra em fase final de desenvolvimento, integra dados de sensores *on-line* instalados nas ribeiras de Barcarena, Laje, Sassoeiros e Marianas, com medição da quantidade e qualidade da água, com modelos hidrodinâmicos de circulação na orla costeira da Costa do Estoril (MOHID), desenvolvidos em anos anteriores para a SANEST, modelos meteorológicos e modelos de qualidade microbiológica da água, que permitirão conhecer o transporte e dispersão da poluição proveniente destas ribeiras da Costa do Estoril ao longo da orla costeira, conseguindo, assim, prever a contaminação fecal nas águas balneares em estudo, sempre que haja um evento de precipitação ou descargas que afetem a qualidade da água das ribeiras. No desenvolvimento do estudo foram também elaborados os primeiros perfis de águas balneares da Costa do Estoril, para as praias da Torre e Santo Amaro de Oeiras.

Em 2011 foi implementado, em regime experimental, o sistema de alerta nas ribeiras da Laje, Sassoeiros e Marianas para prevenção da contaminação fecal nas praias da Torre e Carcavelos.

- **Estudo de modelação do comportamento hidráulico do emissário submarino da ETAR da Guia** - estudo desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico com o objetivo de estudar o comportamento hidráulico do Emissário Submarino da ETAR da Guia nas condições de funcionamento atuais recorrendo aos dados históricos acumulados ao longo dos últimos anos, produzindo uma ferramenta de apoio à gestão de um componente fundamental do património da empresa.

- **Estudo de evolução da degradação de coletores** - projeto-piloto desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico que, com base nos histórico das inspeções CCTV efetuadas aos emissários de Barcarena, Sassoeiros, Marianas, Caparide e Castelhana permitirá prever, ao longo do tempo, a evolução da degradação destes emissários, com vista à otimização dos trabalhos de operação da rede de drenagem do SSCE.
- **Projeto AWARE-P *Advanced Water Asset Rehabilitation in Portugal*** - projeto desenvolvido pelo LNEC, que visa o estabelecimento de ferramentas de apoio à decisão em termos de reabilitação de coletores.

No ano de 2011 entrou em regime de normal funcionamento o novo Laboratório de análises físico-químicas e microbiológicas da ETAR da Guia, que para além das análises de controlo de processo de tratamento na nova ETAR, vai permitir realizar estudos de otimização dos novos processos de tratamento, com vista à racionalização de recursos (reagentes e energia), sem comprometimento dos objetivos de tratamento. Este laboratório e o seu pessoal técnico colaboraram já na realização de ensaios para uma tese de doutoramento na área da modelação hidráulica de redes de saneamento, na vertente da qualidade do efluente, realizando análises físico-químicas de apoio.

—
A SANEST TEM COMO
POLÍTICA DE INOVAÇÃO
A INCORPORAÇÃO
CONTÍNUA DE NOVOS
CONHECIMENTOS.
—

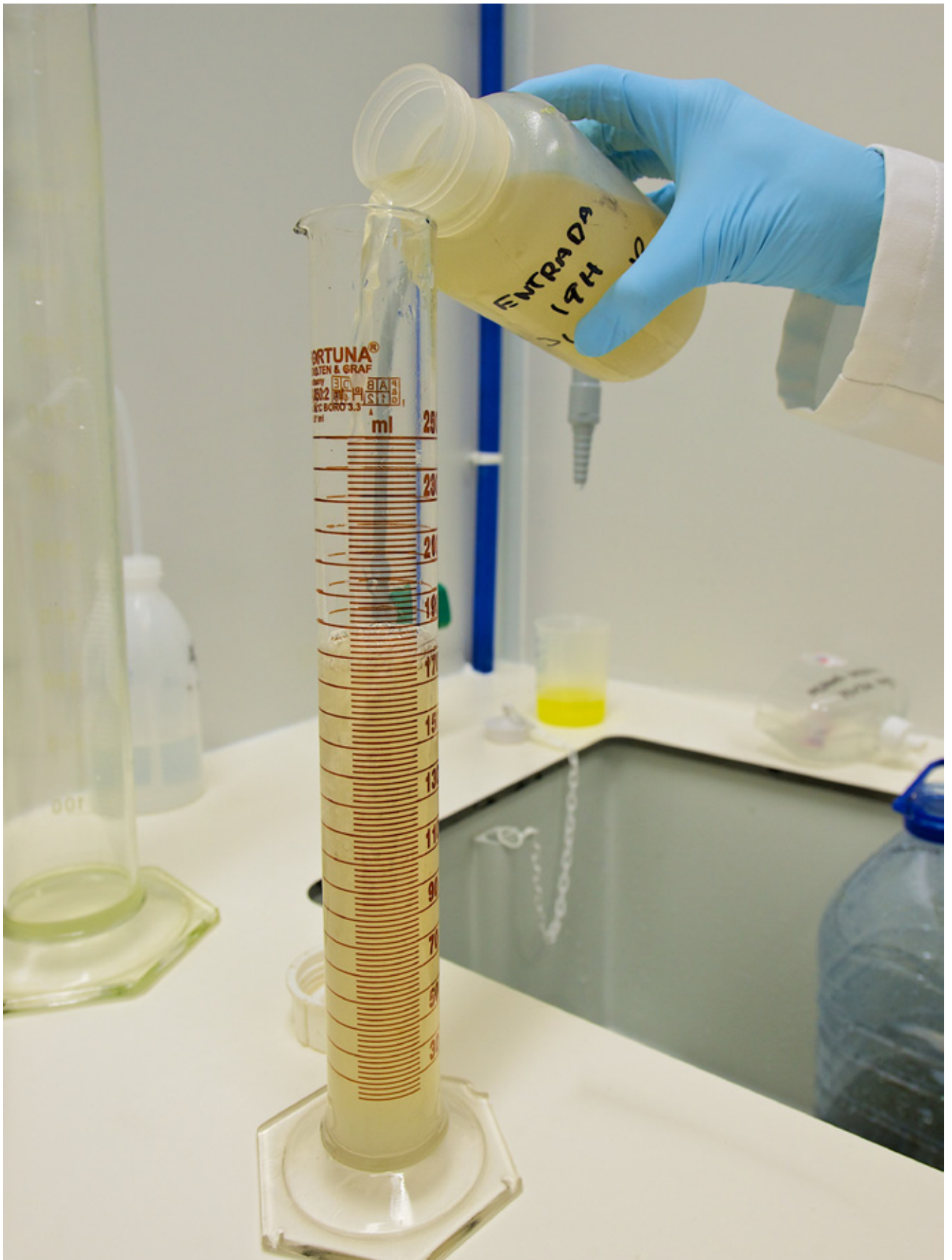
A SANEST tem como política de inovação a incorporação contínua de novos conhecimentos, colaborando ativamente no apoio a estudantes e instituições universitárias e de investigação para o desenvolvimento de trabalhos de teses finais de licenciatura, teses de mestrado e doutoramento e trabalhos de investigação.

Em 2011, a SANEST apoiou as seguintes teses:

- Tese de doutoramento de professora equiparada a professor adjunto do Instituto Politécnico de Setúbal, Eng.^a Rita Brito, na área da modelação hidráulica e de qualidade de redes de saneamento;
- Tese de mestrado do Eng.^o Valeriu Barco, do Instituto Superior de Agronomia relacionada com tecnologias de tratamento de lamas;
- Tese de doutoramento do Eng.^o Vítor Sousa, Instituto Superior Técnico, na área da gestão de risco na construção - aplicação a sistemas de drenagem urbana.

3.4. TÉCNICAS DE MEDIÇÃO

De forma a promover uma maior transparência junto das partes interessadas apresentamos, neste relatório, as técnicas de medição em vigor na SANEST, para os indicadores reportados (designadamente os mais significativos e ou de maior complexidade). Estas técnicas são baseadas na metodologia de recolha de dados da AdP, consubstanciada no manual de indicadores de sustentabilidade do Grupo e que está alinhada com a metodologia do *Global Report Initiative* GRI (anexo I -pág. 77).





4. AS SIMBIOSES



CONCEITO DE SIMBIOSE

"SIMBIOSE É UMA RELAÇÃO MUTUAMENTE VANTAJOSA ENTRE DOIS OU MAIS ORGANISMOS VIVOS DE ESPÉCIES DIFERENTES. NA RELAÇÃO SIMBIÓTICA, OS ORGANISMOS AGEM ATIVAMENTE EM CONJUNTO PARA PROVEITO MÚTUO".

4. AS SIMBIOSES

Consciente da sua responsabilidade, a SANEST acredita que a sustentabilidade se consegue estimulando e garantindo simbioses, que se traduzem em relações recíprocas e mutuamente vantajosas com as partes interessadas, com as quais tem uma relação de estreita interdependência.

O conceito de simbiose é a base da estratégia de Sustentabilidade do grupo AdP.

EM SIMBIOSE COM O AMBIENTE

Contribuindo para a sua proteção, conciliando os ciclos urbanos da água com os ciclos da natureza, gerindo e valorizando os recursos, integrando as melhores práticas e potenciando novas atividades, agindo proactivamente com o ambiente urbano, a paisagem e as alterações climáticas.

EM SIMBIOSE COM OS ACIONISTAS, COLABORADORES E COMUNIDADE

Promovendo o crescimento económico, através da concretização de investimentos geradores de emprego e dinamizadores do tecido económico, nacional e regional, investindo na valorização profissional dos seus colaboradores.

Apostando na inovação e desenvolvimento tecnológico, como fator de competitividade e de sensibilização fomentando o envolvimento das comunidades para a utilização racional dos recursos, contribuindo para a prossecução das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente.

Neste relatório são apresentados os indicadores considerados mais relevantes para cada um dos princípios. Esta análise de relevância foi feita a partir do impacto do indicador para a área de negócio em questão.

Os indicadores encontram-se disponibilizados no final do relatório, com a sua correspondência GRI.

Para cada desafio da estratégia é apresentado o desempenho e a interpretação da Empresa, assim como os princípios orientadores da atuação e os compromissos cujo grau de cumprimento será monitorizado através da aplicação dos indicadores da GRI e da ERSAR.

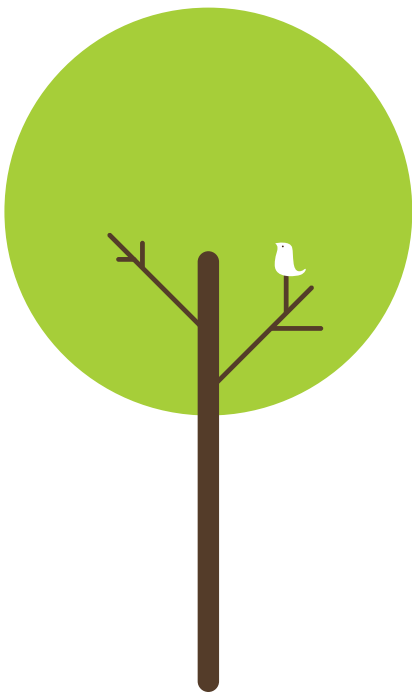
A SANEST tem dirigido sempre a sua atuação como um processo evolutivo de trabalho e de gestão, acreditando que a Sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas numa perspetiva de estreita interdependência.

A SANEST compromete-se a manter os seus princípios de desenvolvimento Sustentável.





EM SIMBIOSE COM O AMBIENTE.



PRINCÍPIOS

- CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS;
- PROTEÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE; E
- COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.



AMBIENTE

1. EM SIMBIOSE COM O AMBIENTE



Por considerar que a certificação em Sistemas de Gestão Ambiental, ao abrigo da norma ambiental NP EN ISO 14001 é fundamental para assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos para com o ambiente, a SANEST manteve a sua certificação em 2011.

Nesta Simbiose a SANEST identificou como estratégicos três princípios que consistem na:

- conservação e valorização dos recursos;
- proteção da natureza e da biodiversidade; e
- combate às alterações climáticas.

No que respeita à conservação e à valorização dos recursos, a SANEST está empenhada na preservação dos consumíveis que utiliza para desenvolver a sua atividade, desde as fases de planeamento, conceção e construção de infraestruturas, até à fase de operação. Consciente dos impactes inerentes à sua atividade, a empresa gere adequadamente os recursos que utiliza, adotando as melhores tecnologias disponíveis na Beneficiação do Tratamento da ETAR da Guia e otimizando o potencial das infraestruturas, dos subprodutos e dos resíduos que gere.

Ao nível da biodiversidade a SANEST tem dado continuidade ao desenvolvimento de medidas previstas na avaliação de impacte ambiental da Empreitada da Beneficiação do Tratamento da ETAR da Guia. Desenvolveu ainda projetos de Integração Paisagística dos Espaços Exteriores e Áreas Envolventes da aludida Estação de Tratamento (fase líquida e fase sólida), com o objetivo de melhorar o enquadramento visual dos espaços verdes envolventes das unidades e integrar essas instalações na paisagem, promovendo a consolidação de uma imagem positiva da atividade da empresa junto da população servida pelo SSCE, em particular, no município de Cascais.

No combate às alterações climáticas destacam-se os esforços desenvolvidos para monitorização dos consumos que direta ou indiretamente afetam este princípio e para o desenvolvimento de ações que permitirão num futuro próximo minimizar os impactes associados ao elevado consumo energético das instalações.

Apresentamos de seguida dados de desempenho no âmbito deste desafio, respetiva interpretação da empresa e princípios orientadores de atuação para o futuro.

1.1. DESEMPENHO AMBIENTAL

1.1.1. CONSUMO DE MATERIAIS

Na SANEST o consumo de materiais está essencialmente associado ao consumo de reagentes utilizados para o tratamento das águas residuais. Apesar de ainda não estarem em funcionamento todas as etapas do tratamento consignado na Beneficiação do Tratamento da ETAR da Guia, podemos afirmar que o tratamento evoluiu de preliminar para primário, passando o consumo de reagentes a ter um papel relevante no processo, designadamente nas etapas de coagulação e floculação.

Verificou-se, assim, um aumento significativo do consumo de reagentes (3.333 toneladas em 2011 face às 111,5 toneladas verificadas em 2010) tendo em conta esta alteração ocorrida ao nível do tratamento.

No que respeita a outros materiais o consumo não é significativo, destacando-se, no entanto, o gasto de papel, que em 2011 foi de aproximadamente 2 toneladas.

As ações que a SANEST irá desenvolver para entrada em funcionamento do tratamento (ver ponto correspondente - águas residuais) incluem a afinação e otimização da adição de reagentes nas etapas de tratamento, o que permitirá um maior rigor no controlo do processo e conseqüentemente na monitorização e otimização dos consumos de materiais.

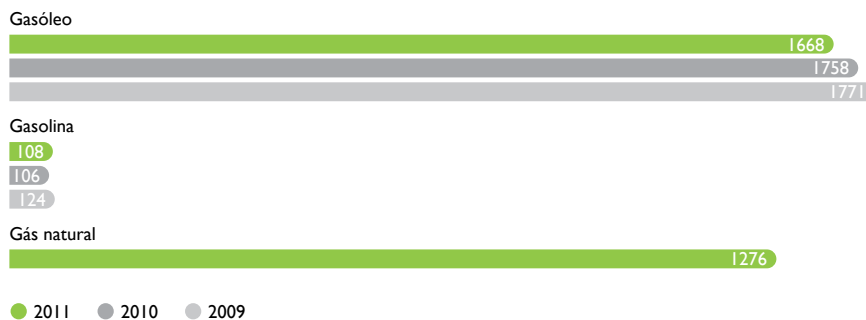
EN3 1.1.2. CONSUMO DE ENERGIA

EN4 À atividade da empresa está associado um consumo de energia significativo, passando em 2011 a SANEST a ser considerada consumidor intensivo de energia (tendo em conta o aumento do consumo energético verificado nas instalações), fator mais uma vez associado à alteração ocorrida no processo de tratamento.

Apresentam-se de seguida evolução dos dados de consumo de energia direta (não se tendo verificado em 2011 qualquer consumo de GPL e propano):

CONSUMO DIRETO DE ENERGIA, SEGMENTADO POR FONTE PRIMÁRIA

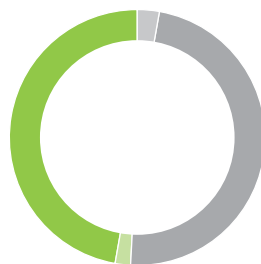
(GJ)



O consumo total de energia elétrica teve em 2011 o valor de 59492 GJ, a que está associado a um gasto indireto de combustíveis primários que, no caso da SANEST tem o valor total 56726 GJ, distribuído da seguinte forma:

CONSUMO INDIRETO DE ENERGIA, SEGMENTADO POR FONTE PRIMÁRIA

(GJ)



● Gás Natural 47% ● Fuelóleo 2% ● Carvão 48% ● Resíduos florestais 3% ○ Gasóleo 0%

Tendo consciência do elevado consumo energético deste tipo de instalações, no âmbito da empreitada de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais, foram selecionados os equipamentos tecnologicamente mais avançados, no que respeita à garantia de obtenção dos níveis do tratamento dos efluentes, e numa ótica de eficiência energética.

O projeto prevê também a valorização energética do biogás produzido no processo de depuração, compensando em larga medida as necessidades energéticas do próprio processo de tratamento (sistema de tratamento de lamas na ETFS com produção de biogás e posterior queima em motores de cogeração para produção de energia térmica e elétrica). Este processo entrou em pré-arranque em 2011, aguardando-se atualmente a conclusão do processo de licenciamento da instalação de cogeração, para respetiva entrada em funcionamento em 2012. Tal situação acarretou que em 2011 o biogás produzido (104296 GJ) fosse maioritariamente consumido em *flare* (80,57%) e para produção de energia térmica, para funcionamento das caldeiras de aquecimento de lamas (19,43%).

Em 2012 a SANEST dará continuidade ao desenvolvimento dos esforços tendentes à conclusão do processo de licenciamento da instalação de cogeração, para que a mesma entre em funcionamento, rentabilizando assim a unidade já instalada.

Como consumidora intensiva de energia a SANEST irá ainda desenvolver uma auditoria energética às duas instalações da ETAR da Guia, Fase Líquida e Fase Sólida, incluindo respetivo desenvolvimento de plano de racionalização de consumos a aplicar num horizonte temporal a definir.



1.1.3. CONSUMO DE ÁGUA

A água consumida na empresa tem origem essencialmente na rede pública, atingindo em 2011 o valor de 98.154 m³, valor que registou um aumento significativo face a igual período de 2010, associado (mais uma vez) ao funcionamento dos novos processos de tratamento.

A SANEST dispõe ainda de duas captações de água para consumo interno, que têm, no entanto, consumo desprezável face ao consumo total reportado (valor estimado de 100 m³).

Destaca-se que na ETAR da Guia - fase líquida, preconiza-se um tratamento adicional para uma parte do caudal efluente (9.000 m³/dia), através de um processo de tratamento biológico, complementado por decantação lamelar, filtração em pressão e desinfecção por radiação ultravioleta para assegurar a qualidade requerida para permitir a reutilização de parte dos efluentes depurados em usos compatíveis, designadamente a rega e para outras utilizações urbanas, como a lavagem de ruas e de contentores de resíduos sólidos urbanos. Esta unidade constitui uma medida estratégica de conservação da água, tão necessária numa zona que, por si só, não é autossuficiente em recursos hídricos uma vez que importa água para consumo humano da bacia hidrográfica do rio Zêzere.

No futuro preconiza-se o desenvolvimento de ações para otimização do funcionamento desta unidade, ainda com deficiências em 2011, que não permitem obtenção dos parâmetros de qualidade definidos.

EN8

EN10

EN11 1.1.4. BIODIVERSIDADE

EN12 A SANEST aposta na conservação da natureza e minimiza os impactes das suas atividades, visando a proteção dos ecossistemas e a recuperação ambiental e paisagística das áreas de intervenção.

EN13**EN14****EN25**

Apresenta-se de seguida a relação da área total ocupada por infraestruturas da SANEST em áreas protegidas (ha) e respetiva identificação:

RELAÇÃO DA ÁREA TOTAL OCUPADA POR INFRAESTRUTURAS DA SANEST

(HA)

	Área ocupada (ha)	Observações	Infraestrutura
Parques Naturais	3,0	Parque Natural Sintra-Cascais	ETAR da Guia - ETFS
Parques Nacionais	0,0	-	-
Rede natura	0,6	-	ETAR da Guia, Emissário Submarino, Intercetor Geral e Emissário da Castelhana
Outras	0,0	-	-

Tendo em consideração, entre outras questões, a ocupação das áreas referenciadas, a Empreitada de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril foi sujeita a um processo de Avaliação de Impacte Ambiental, nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio.

Neste âmbito, em 2000/2001, foi desenvolvido o Estudo de Impacte Ambiental e, em setembro de 2002, foi emitida a Declaração de Impacte Ambiental, favorável, condicionada ao cumprimento de 155 medidas de minimização de impacte ambiental, com ênfase nos descritores socioeconómica, ordenamento do território, psicossocial, segurança e recursos hídricos.

Posteriormente, foi desenvolvido o Projeto de Execução e, em paralelo, o Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução. Em junho de 2006, foi declarada a conformidade ambiental do Projeto de Execução. Durante os anos de 2007, de 2008 e de 2009, foram implementadas as medidas de minimização de impacte ambiental estabelecidas na Declaração de Impacte Ambiental referentes à fase de obra.

Durante o ano de 2011 continuaram a ser desenvolvidas as atividades para implementação das medidas compensatórias, designadamente para a construção da via das Patinhas e participação na construção do edifício Espaço Natura.

Ainda no âmbito das medidas de minimização, considerando que os espaços exteriores e áreas envolventes das instalações devem transmitir para o exterior uma imagem cuidada, podendo mesmo constituir-se como espaços de referência, ocupando um papel fundamental num contexto de Educação Ambiental, Responsabilidade Social e



Desenvolvimento Sustentável, foram ainda desenvolvidos os projetos de integração paisagística das estações de tratamento da fase líquida e da fase sólida.

Considerando a tipologia, a localização e a dimensão da empreitada de reabilitação do emissário das Marianas ao longo do bairro das Marianas e entre o bairro do Junqueiro e a estação elevatória de Carcavelos (empreitada desenvolvida em 2011), constata-se que as mesmas não se encontram abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de maio, pelo que não foi sujeita a processo de Avaliação de Impacte Ambiental. Não obstante, foram desenvolvidos e implementados Planos de Gestão Ambiental com os seguintes objetivos:

- Identificar os aspetos ambientais inerentes a estas empreitadas;
- Determinar os impactes ambientais significativos;
- Definir os procedimentos e as medidas de minimização de impacte ambiental a implementar durante as obras, de modo a assegurar o cumprimento da legislação ambiental aplicável, dos requisitos do sistema de gestão integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança da SANEST e dos compromissos assumidos na Política de Gestão da SANEST.

Em 2012 a SANEST dará continuidade ao desenvolvimento das ações descritas em 2011, com especial destaque para o desenvolvimento das intervenções previstas nos respetivos projetos de integração paisagística, já adjudicados na instalação da fase líquida.

Durante o ano de 2011, continuaram a desenvolver-se os Estudos de Monitorização Ambiental do impacte do lançamento do efluente do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril no meio recetor, através do Emissário Submarino da Guia, com vista a avaliar a evolução do meio recetor junto do local da descarga e a determinar a contribuição do efluente da ETAR para essa evolução, integrados no Programa de Monitorização que tem vindo a ser executado pela SANEST desde 1993. Estes estudos de monitorização permitem satisfazer o disposto no art.º 5º da Decisão da Comissão n.º 2001/720/CE, pois é da análise da informação recolhida no âmbito do Programa de Monitorização que é possível constatar que a descarga do efluente do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril não deteriora o ambiente.

Os estudos foram desenvolvidos por um conjunto de organismos de investigação independentes: o Departamento de Engenharia Mecânica do Instituto Superior Técnico (Universidade Técnica de Lisboa), o Instituto Hidrográfico e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) (ex-INETI).

Os estudos de campo e laboratoriais levados a cabo tiveram como principais objetivos: o acompanhamento da evolução do meio recetor; a interpretação dos dados de campo com base na modelação matemática e a previsão das condições de comportamento do Sistema para diversos cenários.

Afigura-se-nos legítima a conclusão de que a água das Zonas Balneares da Costa do Estoril tem revelado uma significativa qualidade, mantendo-se a ausência de qualquer situação de deterioração das condições ambientais do meio recetor ou qualquer implicação sobre a qualidade das águas balneares da Costa do Estoril.

AFIGURA-SE-NOS LEGÍTIMA
A CONCLUSÃO DE QUE
A ÁGUA DAS ZONAS
BALNEARES DA COSTA DO
ESTORIL TEM REVELADO
UMA SIGNIFICATIVA
QUALIDADE, MANTENDO-
SE A AUSÊNCIA DE
QUALQUER SITUAÇÃO
DE DETERIORAÇÃO DAS
CONDIÇÕES AMBIENTAIS
DO MEIO RECETOR

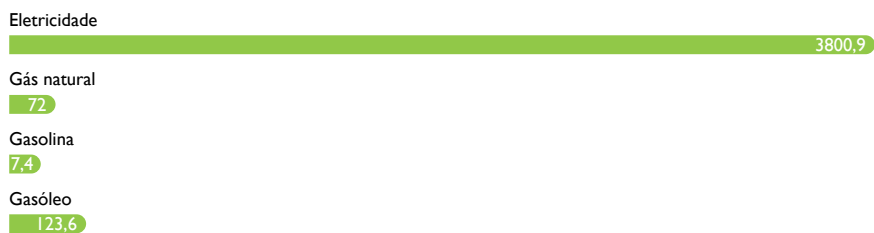
EN16 1.1.5. EMISSÕES ATMOSFÉRICAS (EN16, EN17, EN20)

EN17

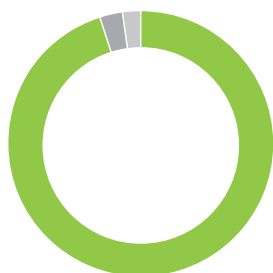
EN20

Na SANEST, as emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, num total apurado de 3954,8 toneladas, estão associadas maioritariamente ao consumo de energia nas instalações (essencialmente consumo de energia elétrica já reportado) e, com menor impacto, aos consumos de gás natural, de combustível utilizado na frota e de gasóleo utilizado no funcionamento dos grupos de emergência, nos termos e conforme tabela que se apresenta de seguida:

TOTAL DE EMISSÕES DIRETAS E INDIRETAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA, POR PESO (TON)



TOTAL DE EMISSÕES DIRETAS E INDIRETAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA, POR PESO (TON)

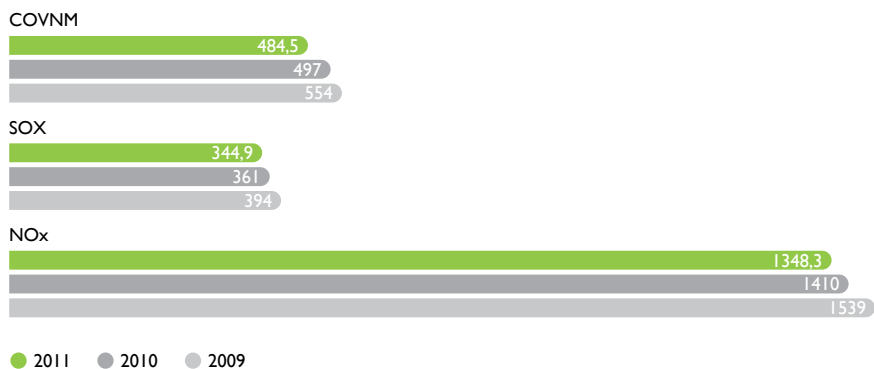


● Eletricidade 95% ● Gasóleo 3% ● Gás natural 2% ○ Gasolina 0%

Apresenta-se de seguida respetiva evolução da contribuição associada a fontes móveis (combustíveis utilizados na frota automóvel):

NOX, SOX E OUTRAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS SIGNIFICATIVAS

(KG)



● 2011 ● 2010 ● 2009

Ao nível de outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa destacam-se as associadas a:

Execução de empreitadas	X
Transporte de resíduos produzidos - gradados, areias, gorduras e lamas	X
Transporte de reagentes	X
Deslocações associadas a bens/serviços	X
Emissões associadas a deslocações de colaboradores em viaturas próprias (casa-empresa/empresa-casa)	X
Emissões associadas a deslocações de colaboradores em transportes coletivos (casa-empresa/empresa-casa)	X

(sendo as três últimas menos relevantes)

No que concerne a estas emissões os respetivos dados quantitativos serão apurados oportunamente.

Relativamente a substâncias destruidoras da camada de ozono, estas apenas são utilizadas nos equipamentos de refrigeração e ar condicionado. A SANEST mantém atualizado o levantamento dos equipamentos com substâncias que empobrecem a camada de ozono que existem nas suas instalações. Nestes equipamentos a SANEST continuou a promover a realização das atividades de manutenção, conforme a legislação em vigor.

No combate às alterações climáticas dar-se-á continuidade ao desenvolvimento de esforços para monitorização dos consumos que direta ou indiretamente afetam este princípio e para a definição de ações que permitirão num futuro próximo minimizar os impactes associados ao elevado consumo energético das instalações.

Por forma a manter esta preocupação sempre presente, a SANEST organizou em articulação com a Cascais Natura, uma ação de plantação de árvores no bosque do Pisão em 2009 e, em 2011, procedeu à retanchar de cerca de 30% de plantas.

1.1.6. ÁGUAS RESIDUAIS (EN21, EN23)

Em 2011, o volume de águas residuais tratadas e dispersas no mar foi de 57,66 milhões de m³, tendo-se verificado um ligeiro decréscimo de volume face ao ano de 2010 (58,5 milhões de m³).

EN21

EN23

Neste ano deu-se continuidade ao desenvolvimento da empreitada de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, que tem por objetivo melhorar o nível de tratamento das águas residuais afluentes ao Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (SSCE), a fim de cumprir a legislação, designadamente o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, a Diretiva Comunitária 91/271/CEE e a Decisão da Comissão, 2001/720/CE, de 8 de outubro de 2001, que concede a Portugal uma derrogação relativa ao tratamento de águas residuais urbanas para o aglomerado da costa do Estoril, assegurando-se assim o tratamento fixado nesta decisão.

Os sucessivos atrasos na execução do contrato da empreitada, quer na elaboração dos projetos de execução e de detalhe e na procura de equipamentos, quer

na construção civil e na montagem dos equipamentos e no pré-arranque das instalações, conduziram a que a época balnear de 2011 tenha terminado, sem o Consórcio empreiteiro conseguir manter em funcionamento continuado as diferentes operações/ processos das fases líquida e sólida da ETAR.

O conselho de administração da SANEST deliberou em 26 de outubro de 2011 iniciar o processo de rescisão do contrato da empreitada, com a consequente posse administrativa, bem como cobrar a multa de 10 milhões de euros, aplicada ao Consórcio por violação do prazo global para a conclusão da empreitada e acionar o consórcio empreiteiro judicialmente para pagamento das indemnizações que se mostrarem devidas.

Após consulta ao Concedente e Acionistas, a SANEST rescindiu o contrato de empreitada em 9 de dezembro de 2011, no entanto só em 13 de janeiro de 2012 tomou posse administrativa das instalações, momento a partir do qual foi possível iniciar diretamente a gestão das instalações.

Em simultâneo foi elaborado um plano de ações tendente à entrada em funcionamento do tratamento na época balnear de 2012. Com a implementação das correções com vista ao funcionamento do tratamento em época balnear a SANEST estará em condições de cumprir o estabelecido na Decisão 2001/720/CE, supra identificada.

Nesta conjuntura, o Título de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais e para Ocupação de Domínio Público Hídrico estabelece as condições de descarga das águas residuais apenas a partir da data de entrada em pleno funcionamento da nova instalação, pelo que, não serão neste relatório apresentados valores relativos ao grau de cumprimento dos parâmetros de descarga.

Sem prejuízo do atrás exposto, o controlo e a monitorização destes efluentes são efetuados regularmente, de acordo com os planos internos de monitorização, de forma a assegurar que a qualidade da água rejeitada no meio recetor permita a sua utilização em segurança, desde a proteção dos ecossistemas naturais à prática balnear, tendo sido realizadas um total de 235 análises ao efluente, no âmbito da licença de descarga. Não podemos deixar de realçar, face aos resultados da monitorização que tem vindo a ser levada a efeito, que se mantém em 2011 a ausência de qualquer situação de deterioração das condições ambientais do meio recetor ou qualquer implicação sobre a qualidade das águas balneares da Costa do Estoril, conforme descrito em ponto específico.

A SANEST deu também continuidade em 2011 ao controlo das descargas de águas residuais em situações de emergência, traduzindo-se num total de 32 ocorrências, com um volume aproximado de efluente descarregado de cerca de 0,85 milhões de m³, todas elas reportadas à Entidade Competente, e maioritariamente associadas a eventos de precipitação anormal.

Em 2011 não se registaram ocorrências associadas a derrames de substâncias perigosas.

Em 2012 a SANEST dará continuidade ao desenvolvimento do plano de ações elaborado para entrada em funcionamento do tratamento na época balnear de 2012, conforme já descrito.

1.1.7. RESÍDUOS

A SANEST assume o compromisso de assegurar a quantificação rigorosa dos resíduos produzidos, bem como a otimização de práticas de gestão tendo em vista a respetiva valorização, destacando-se a valorização de lamas.

A beneficiação do tratamento incorpora tecnologias que permitirão a conversão de um resíduo num subproduto, mediante a valorização agrícola das lamas, muito potenciada pela operação de secagem térmica, que higieniza as lamas, eliminando os microrganismos patogénicos.

Sem prejuízo desta etapa do tratamento ainda não ter iniciado o seu pré-arranque, a SANEST assegura a valorização total das lamas produzidas, através da respetiva entrega a operador licenciado para o efeito. Os restantes resíduos do processo são eliminados, mas igualmente com entrega a operador licenciado.

Com a beneficiação do tratamento os resíduos produzidos no processo são, além de gradados e areias reportados em anteriores relatórios, lamas e gorduras, todos eles não perigosos, apresentando-se de seguida a sua evolução.

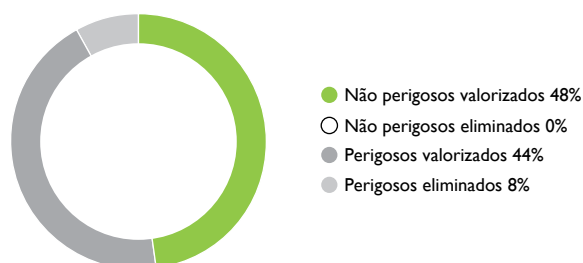
RESÍDUOS PRODUZIDOS NO PROCESSO (TON.)

	2009	2010	2011
Gradados	951	1035	828
Areias	1037	1064	1063
Gorduras			151
Lamas			13797

O destino final destes resíduos é a eliminação, exceção feita para as lamas, cujo destino é a valorização.

Ao nível das infraestruturas de apoio destacam-se os resíduos produzidos nas atividades administrativas e de manutenção, com a seguinte distribuição:

RESÍDUOS PRODUZIDOS NAS INFRAESTRUTURAS DE APOIO (%)



RESÍDUOS PRODUZIDOS NAS INFRAESTRUTURAS DE APOIO (TON)

Perigosos eliminados

0,3

Perigosos valorizados

2,0

Não perigosos eliminados

0,0

Não perigosos valorizados

2,1

Também para este tipo de resíduos o destino final é selecionado respeitando o princípio da hierarquia das operações de gestão de resíduos, privilegiando o recurso às melhores tecnologias disponíveis com custos economicamente sustentáveis, selecionando sempre que possível a valorização do resíduo.

Para o futuro perspectiva-se a manutenção das práticas já em vigor na empresa e o desenvolvimento dos trabalhos ao nível da secagem térmica, logo que se concretize o pré-arranque da unidade.

EN28 1.1.8. INSPEÇÕES, COIMAS E SANÇÕES AMBIENTAIS (EN28)

Em 2011 não existiram na SANEST quaisquer inspeções, coimas significativas e sanções resultantes de não-conformidades com leis e regulamentos ambientais.

EN30 1.1.9. PROTEÇÃO AMBIENTAL

Destacam-se de seguida custos e investimentos em proteção ambiental, relativos ao ano de 2011.

Os custos que se encontram detalhados referem-se essencialmente a questões de gestão corrente no âmbito da área ambiental. No que concerne à rúbrica identificada como outros custos, estão incluídos essencialmente os custos associados à monitorização e realização de estudos específicos em matéria de ambiente.

CUSTOS E INVESTIMENTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL

(EUROS)

Custos	
Resíduos	687.927,50
Energia	0,00
Seguro de responsabilidade ambiental	3.035,99
Auditorias ambientais (internas e externas)	6.407,32
Formação/sensibilização ambiental	1.892,36
Outros custos	327.274,50



**EM SIMBIOSE
COM OS
ACIONISTAS,
COLABORADORES
E COMUNIDADE.**



PRINCÍPIOS

- A GARANTIA DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA;
- CRIAÇÃO DE VALOR PARA OS ACIONISTAS E DEMAIS PARTES INTERESSADA;
- VALORIZAÇÃO DA RELAÇÃO COM OS COLABORADORES;
- PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE ELEVADA E TARIFAS SOCIALMENTE ACEITÁVEIS;
- PARTILHA DOS PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE NA RELAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS; E
- DINAMIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (L&D).



2. EM SIMBIOSE COM OS ACIONISTAS, COLABORADORES E COMUNIDADE

Tendo por base os desafios identificados a SANEST definiu como princípios, nesta simbiose:

- a garantia da sustentabilidade económica;
- criação de valor para os Acionistas e demais Partes Interessada;
- valorização da relação com os Colaboradores;
- prestação de um serviço público de qualidade elevada e tarifas socialmente aceitáveis;
- partilha dos princípios de Sustentabilidade na relação com as Partes Interessadas; e
- dinamização da Investigação e Desenvolvimento (I&D).

Os Acionistas são partes interessadas fundamentais para qualquer Sociedade e de uma importância acrescida na SANEST atendendo à sua dupla qualidade de acionistas/ clientes.

Neste contexto, a eficiência na gestão dos processos, com consequente garantia de Sustentabilidade económica e criação de valor, é essencial na relação de Simbiose que se pretende estabelecer com esta parte interessada.



Por considerar que a certificação em Sistemas de Gestão da Qualidade, ao abrigo da norma NP EN ISO 9001, é fundamental para assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos para com os acionista/clientes a SANEST obteve a sua certificação em 2009, mantendo a mesma em 2011.

Relativamente à Simbiose com os Colaboradores a SANEST definiu como princípio a valorização da relação com os Colaboradores, por considerar o capital humano como fator dinamizador do sucesso e decisivo para a contínua excelência de serviço.

Neste contexto, em maio de 2011 a SANEST obteve a certificação em Responsabilidade Social, ao abrigo da norma de referência SA 8000. Estamos certos que esta certificação tem permitido e permitirá uma gestão mais adequada dos recursos humanos associados às suas atividades no que respeita aos colaboradores e aos fornecedores, possibilitando o reconhecimento público da estratégia de Responsabilidade Social.

Por outro lado, considerando que o compromisso de garantir as condições de Segurança em ambiente laboral é fundamental neste princípio, reduzindo os riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades, a SANEST implementou um Sistema de Gestão de Segurança, que permite, para além do cumprimento da legislação aplicável, uma melhoria contínua ao nível do desempenho da SANEST e do controlo da atividade desenvolvida pela Empresa.



Este esforço da SANEST, incluindo a formação e a melhoria dos procedimentos em matéria de Higiene, Saúde e Segurança, permitiu-lhe obter em 2009 a certificação

do Sistema de Saúde, Higiene e Segurança no trabalho, ao abrigo da norma OSHAS 18001 - Sistemas de Gestão da Segurança, certificação igualmente mantida em 2011.

Ao nível da Comunidade a prestação de um serviço público, cada vez mais abrangente e contínuo, de qualidade elevada, com tarifas socialmente aceitáveis, tem acompanhado o desenvolvimento da SANEST e marcado presença no dia-a-dia da empresa e na sua visão de futuro. A SANEST na sua qualidade de prestador de um serviço público indispensável, prosseguiu a sua atividade, adotando uma postura de permanente disponibilidade e cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, com escrupulosa observância das condições contratadas e aprovadas tendo em vista a sua qualidade de empresa regulada e auditada. Como já referido, a tarifa praticada pela SANEST no ano de 2011 foi de 0,2764€/m³, sendo, uma vez mais, a tarifa mais baixa entre as empresas nacionais congéneres.

Ao nível da partilha dos princípios de Sustentabilidade na relação com as Partes Interessadas destacam-se os esforços para o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, já mencionado, e as ações consignadas na área da comunicação e educação ambiental.

A relação com os fornecedores e com a comunidade local, e a aposta na investigação são também eixos de atuação nesta matéria, encarados, não apenas como uma missão da empresa, mas também como forma de potenciar o seu papel no desenvolvimento do país, a nível social, ambiental, económico e tecnológico.

Apresentamos de seguida dados de desempenho no âmbito deste desafio, respetiva interpretação da empresa e princípios orientadores da atuação para o futuro.

2.1. DESEMPENHO ECONÓMICO

ECI 2.1.1. RIQUEZA GERADA

Apresenta-se neste ponto o desempenho económico da SANEST em 2011, tendo em consideração o apuramento de contas da empresa e as orientações do GRI.

O indicador valor económico direto gerado e distribuído visa refletir o contributo da empresa para a geração de riqueza das diferentes partes interessadas que com ela se relacionam e evidenciar o perfil económico da SANEST. O valor económico direto gerado e distribuído (incluindo receitas, custos de operação, salários, donativos e outros investimentos comunitários, lucros retidos, e pagamentos a fornecedores de capital e governos) tem a seguinte distribuição.

VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO, DISTRIBUÍDO E ACUMULADO
(EUROS)

	2010	2011
Valor económico direto gerado	16.603.752	17.621.653
Valor económico direto distribuído	30.190.547	32.144.142
Custos operacionais	19.849.135	20.784.111
Salários e benefícios dos colaboradores	3.035.807	2.857.640
Pagamentos a financiadores	1.126.552	6.788.858
Pagamentos ao estado	4.791.638	1.697.032
Investimentos na comunidade	30.000	16.500
Valor económico direto acumulado	-13.586.795	-14.522.488

O valor económico gerado na SANEST decorre essencialmente da prestação de serviços de saneamento de águas residuais, tendo-se iniciado em 2007, por recomendação do (então) IRAR, a adoção de uma metodologia de faturação pelos caudais desfasados, que consistiu, para o ano de 2011, na repartição dos proveitos necessários pelos municípios utilizadores, em função dos caudais medidos entre julho de 2009 e junho de 2010.

Os ligeiros aumentos que se verificaram nos últimos anos decorrem do montante de proveitos aprovado pela ERSAR em cada exercício de orçamento.

O valor económico direto distribuído, decorrente dos gastos operacionais da empresa e dos pagamentos a financiadores e ao estado também aumentou relativamente ao ano anterior, fruto da operacionalização da beneficiação do tratamento e da distribuição de ganhos de produtividade aos acionistas relativos aos anos de 2004 a 2010.

O valor económico direto acumulado, correspondente à diferença entre o valor direto acumulado gerado e o valor direto acumulado distribuído diminuiu cerca de 7% relativamente a 2010, consequência da estabilidade que se assiste nas receitas da empresa em oposição ao crescimento dos gastos.

2.1.2. RISCOS E OPORTUNIDADES DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

EC2

Como principais riscos identificam-se o aumento dos custos e prejuízos com infraestruturas decorrentes de inundação de esgotos, associados a cheias rápidas; outros riscos serão de saúde e segurança e a redução da produtividade devido à maior incidência de doenças ou ao sobreaquecimento do ambiente de trabalho, pressão regulamentar e deterioração da reputação, etc.

Como oportunidades identificam-se o aumento da procura de tecnologias e serviços. (fonte adaptação - um resumo temático para as empresas - BCSD Portugal e World Business Council for Sustainable Development).

2.1.3. COBERTURA DAS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE PLANO DE BENEFÍCIOS DA ORGANIZAÇÃO

EC3

Não se encontram atualmente definidos na SANEST quaisquer programas de atribuição de Fundos de Pensões, pelo que apenas se contabilizam as contribuições da empresa para os regimes de proteção social da Segurança Social.

EC4 2.1.4. BENEFÍCIOS FINANCEIROS RECONHECIDOS

Os benefícios financeiros reconhecidos no ano ascendem a 7.256.410 euros e respeitam aos subsídios ao investimento recebidos em anos anteriores, do Fundo de Coesão e Programa Operacional do Ambiente, bem como ao património cedido pelo Gabinete de Saneamento Básico da Costa do Estoril aquando da criação da SANEST.

Segundo o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, os valores totais recebidos a título de subsídios foram registados em balanço no momento do seu recebimento, na conta de Proveitos Diferidos, sendo o respetivo proveito (ou benefício) reconhecido na Demonstração dos Resultados na mesma cadência que as amortizações do investimento a que se destinou o subsídio, ou seja, ao longo do prazo da concessão.

EC6 2.1.5. POLÍTICAS, PRÁTICAS E PROPORÇÃO DE CUSTOS COM FORNECEDORES LOCAIS

A SANEST acredita que a criação de parcerias com os seus fornecedores, contribui para aumentar a eficiência e a sustentabilidade da Empresa.

As políticas de contratação de fornecedores são as que decorrem da legislação nacional aplicável, sendo definidos critérios de seleção ajustados a cada caso, de forma a promover a igualdade de oportunidades, resultando em 2011 em praticamente 100% de contratação nacional.

EC8 2.1.6. INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS OFERECIDOS, PARA BENEFÍCIO PÚBLICO

A atividade desenvolvida pela SANEST, pela sua natureza intrínseca, está associada a um benefício público fundamental, pela promoção da qualidade do meio hídrico e consequente proteção do ambiente. Assim, há que considerar o benefício público associado ao cumprimento do plano de investimentos previsto, que em 2011 foi fortemente marcado pela Beneficiação do Tratamento da ETAR da Guia.

Face aos enumerados constrangimentos no pré-arranque da instalação, em 2011, o investimento global neste empreendimento ascendeu a apenas a 3,8 milhões de euros, face aos 11 milhões de euros previstos.

Do montante total do investimento realizado em 2011 consta um montante de cerca de 3 milhões de euros referentes a uma multa aplicada e cobrada pela SANEST ao consórcio por incumprimento no prazo de entrega do projeto de detalhe.

A sentença proferida em julho de 2011 deu integral ganho de causa para a SANEST, no que respeita à matéria de facto e ao efetivo atraso do consórcio, e ordenou uma redução da multa para 20% do valor do projeto detalhe, isto é, para 162.726,526 euros, considerando o tribunal estritamente a questão de direito resultante de interpretação do artigo 201.º do RJEOP.

A diferença entre o valor de investimento previsto e o real resulta da incapacidade do consórcio em concluir o pré-arranque da instalação.

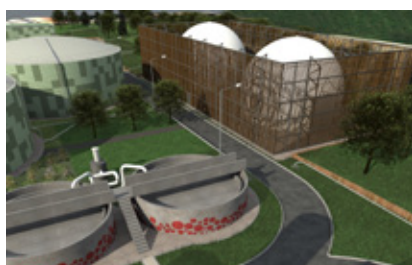
Após a pronúncia favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, deu-se continuidade à preparação da realização dos seguintes investimentos, como formas de compensação aos moradores de Cascais, enquanto medidas de minimização previstas na declaração de impacte ambiental:

- Construção da via das patinhas - estrada municipal com 1,2 km de extensão, localizada em frente à Estação de Tratamento da Fase Sólida, em Murches;
- Comparticipação na construção do edifício espaço natura - reabilitação do edifício existente na Quinta de Vale de Cavalos, integrada no parque natural Sintra-Cascais, para construção de um edifício sustentável (*Green Building*), com a área aproximada de 2.200 m².

Neste âmbito, foi realizada a revisão do projeto de construção da via das patinhas, que determinou a necessidade de introduzir melhorias e correções ao mesmo.



Considerando que os espaços exteriores e áreas envolventes das instalações devem transmitir para o exterior uma imagem cuidada, podendo mesmo constituir-se como espaços de referência, ocupando um papel fundamental num contexto de Educação Ambiental, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável, foram também desenvolvidos os projetos de integração paisagística das estações de tratamento da fase líquida e da fase sólida, tendo sido iniciado o procedimento para adjudicação da intervenção na fase líquida.



A SANEST prosseguiu também o plano estratégico e sustentado de intervenções por bacia hidrográfica na rede que gere, no âmbito da reabilitação do Sistema Multimunicipal e também no quadro da harmonização com os Sistemas de Drenagem Municipais, sendo que, esta última tem por base os Protocolos estabelecidos com os municípios e outras entidades. Esta atividade procura satisfazer os objetivos que estão definidos no Contrato de Concessão, por um lado e, por outro, visa assegurar uma melhoria do serviço prestado aos quatro municípios abrangidos pela área do Sistema Multimunicipal, em particular, e às populações, em geral.

Com efeito, o domínio do ambiente tem assumido uma assinalável importância, com reflexos diretos na perceção dos cidadãos no tocante à sua qualidade de vida, pelo que se considera que as exigências ambientais impõem aos operadores, entenda-se SANEST e municípios, responsabilidades acrescidas e a necessidade de uma ampla convergência nas ações a desenvolver, numa perspetiva integrada, sustentada, concertada e complementar.

No âmbito da reabilitação do Sistema Multimunicipal e da harmonização com os Sistemas de Drenagem Municipais a atividade desenvolvida em 2011 foi, resumidamente, a seguinte:

REABILITAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL

Intervenções com projeto de execução concluído:

- Projeto de reabilitação do emissário de Caparide, na área do município de Sintra;
- Projeto de reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a autoestrada A5 e o Intercetor;
- Projeto de reabilitação do emissário de Barcarena, entre a travessia do IC19 e o Intercetor.

Intervenções com processo de constituição de servidão de aqueduto em curso

- Reabilitação do emissário de Caparide, na área do município de Sintra;
- Projeto de reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a autoestrada A5 e o Intercetor.

Intervenções com empreitada adjudicada ou com procedimento em curso:

- Projeto de reabilitação do emissário de Sasseiros, zona alta, até ao intercetor.

Intervenção com obra concluída:

- Empreitada de reabilitação do emissário das Marianas ao longo do bairro das Marianas e entre o Bairro da Junqueira e a EE de Carcavelos;

HARMONIZAÇÃO COM OS SISTEMAS DE DRENAGEM MUNICIPAIS

Intervenções com projeto de execução realizado, aguardando a possibilidade de abertura de procedimento:

- Projeto de erradicação de descargas na bacia hidrográfica do rio Jamor na área dos municípios da Amadora e de Sintra;
- Projeto de remodelação do sistema de drenagem de águas residuais da Amadora - Venteira;
- Projeto de erradicação de descargas nas bacias hidrográficas das ribeiras de Barcarena e Caparide, esta última, na área do município de Sintra;

2.2. DESEMPENHO SOCIAL

LA8 2.2.1. PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO DIGNO

Considerando o capital humano como fator dinamizador do sucesso, e decisivo para a contínua excelência do Serviço, a SANEST baseia a relação com os seus colaboradores na confiança e na valorização das suas competências.

Em matéria de recursos humanos, a SANEST centralizou a sua atuação em três aspetos:

- motivação e reconhecimento através da avaliação de desempenho e do desenvolvimento de iniciativas específicas no âmbito da Responsabilidade Social;
- dinamização de eventos e promoção de canais de comunicação internos; e
- melhoria das condições de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

No âmbito da Política de Responsabilidade Social da SANEST desenvolvida internamente, e que corresponde a um grande objetivo desta Empresa, tem-se apostado em criar condições aos colaboradores que incentivem a adoção de boas práticas e de cuidados com a saúde, bem como garantir melhores condições de acesso a serviços e outras áreas de interesse.

Esta iniciativa assenta em três vertentes essenciais; alimentação saudável, exercício físico e eliminação ou redução do consumo de tabaco.

No quadro da alimentação saudável, a SANEST implementou a distribuição de fruta natural fresca, gratuita, a todos os colaboradores e em todas as instalações, com frequência bissemanal. Mais recentemente disponibilizaram-se máquinas de *vending* com uma oferta de produtos mais diversificada e complementar à distribuição da fruta.

No que se refere à promoção do exercício físico e práticas saudáveis, a SANEST negociou com dois ginásios próximos das instalações de Paço de Arcos e de Cascais, tendo obtido condições favoráveis de adesão para os colaboradores e seus familiares.

Relativamente ao consumo de tabaco e a exposição ao fumo de tabaco ambiental, um dos maiores problemas de Saúde Pública com importantes consequências nos planos de saúde, social, económico e ambiental, a SANEST desenvolveu um projeto



de apoio aos Colaboradores que comprovadamente queiram deixar de fumar, participando nos tratamentos necessários.



Internamente, além do projeto vida saudável, a SANEST promoveu uma série de ações transversais envolvendo colaboradores, de que se destacam:

- Fomentar o espírito de grupo através de uma ação de *team building* em ambiente *outdoor*, envolvendo colaboradores e familiares;
- Com o objetivo de alertar para o efeito estufa e a camada de ozono, realizou uma iniciativa de retancho de árvores no bosque do Pisão;
- No Dia Mundial da Criança promoveu um concurso para os filhos dos colaboradores sob o tema o meu pai/mãe trabalha na SANEST;
- Promoveu também um concurso de sugestões entre os Colaboradores, visando ideias com benefícios sociais ou ambientais de fácil implementação;
- No campo da solidariedade divulgou e incentivou a recolha de bens e produtos que posteriormente foram entregues a entidades de apoio social.



Para 2012, a SANEST tem planeado a execução de ações no âmbito da Responsabilidade Social, seguindo a matriz desenvolvida no ano transato.

No que respeita à comunicação interna, a SANEST tem como objetivo a melhoria dos canais de informação, da divulgação das mensagens relevantes ao público interno e a sua transversalidade. Neste aspeto destaca-se, em 2011, a criação de dois postos de acesso a computadores na ETAR da Guia, essencialmente destinados a colaboradores que não possuem posto próprio e respetiva atribuição de endereços de correio eletrónico, por forma a aumentar a abrangência da divulgação de informação em suporte digital. A Intranet foi também substancialmente melhorada, permitindo o acesso sistemático a informação atualizada, numa plataforma mais apelativa e dinâmica.

Está previsto para o primeiro semestre de 2012 a difusão de um inquérito referente ao clima de comunicação interna que servirá de entrada para a elaboração de plano de comunicação interna.

As questões de Higiene e Segurança no Trabalho serão abordadas em ponto específico.

2.2.1.1. CONTRATAÇÃO

A Política de Emprego do grupo Águas de Portugal visa a criação de uma cultura competitiva de “valor de emprego”.

Os processos de recrutamento e seleção da SANEST encontram-se alinhados com os critérios definidos no Grupo, os quais privilegiam processos de recrutamento e seleção de qualidade, claros e adequados às necessidades da empresa, já que acreditamos que todas as contratações são estratégicas.

Assim, os processos de recrutamento e seleção da SANEST respeitam os seguintes princípios:

- Emprego não discriminatório;
- Aumento do nível de exigência nos processos de seleção;
- Privilegiar a seleção de jovens;
- Atração de talentos;
- Emprego local;
- Não excluir familiares;
- Colaboradores como promotores;

LA1

LA2

LA15

- Privilegiar a mobilidade interna;
- Valorizar a integração e o acolhimento.

A evolução do quadro de pessoal da SANEST, nos últimos três anos, reflete a adequação da organização e do efetivo da empresa aos novos desafios que permanentemente lhe são colocados, tendo em vista o cumprimento dos objetivos definidos, especificamente a adequação da organização ao arranque da beneficiação do tratamento.

TOTAL DE COLABORADORES

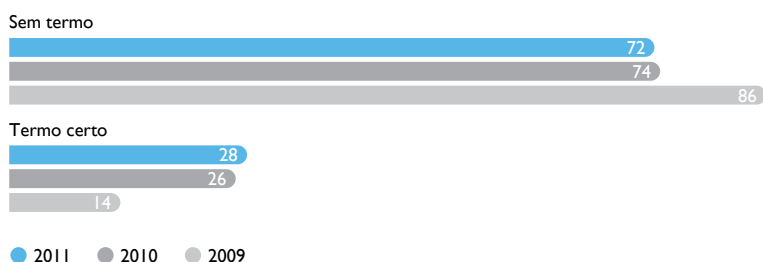
(N.º)

	2009	2010	2011
N.º Total de colaboradores	74	86	88

A repartição do efetivo da SANEST apresenta uma maior expressão, 72%, para os contratos sem termo, em ambos os géneros e para todas as categorias profissionais. Os 25 colaboradores com contrato a termo certo (restantes 28%) representam o universo das admissões mais recentes, com especial relevo para as funções operacionais da direção de operação e manutenção.

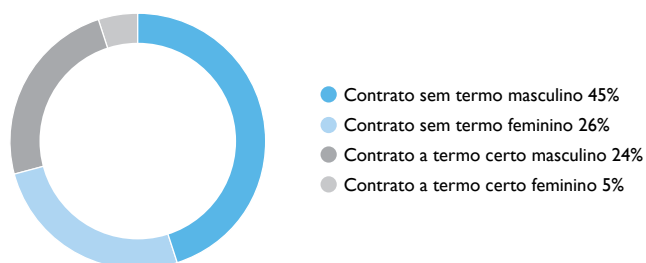
NUMERO TOTAL DE COLABORADORES POR TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO

(%)



NUMERO TOTAL DE COLABORADORES POR TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO E POR GÉNERO

(%)



Todos os colaboradores da empresa estão contratados a tempo integral, representando um universo de 61 homens e 27 mulheres.

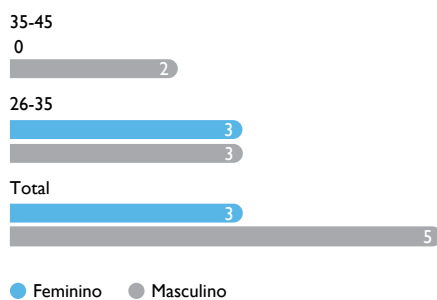
No que diz respeito à entrada e saída de colaboradores a informação é apresentada de seguida:

TAXA DE ROTATIVIDADE E TAXA DE CONTRATAÇÕES, POR GÉNERO
(%)

Taxa de rotatividade (%)	Total	6,8%
	Masculino	5,7%
	Feminino	1,1%
Taxa de contratações (%)	Total	9,1%
	Masculino	5,7%
	Feminino	3,4%

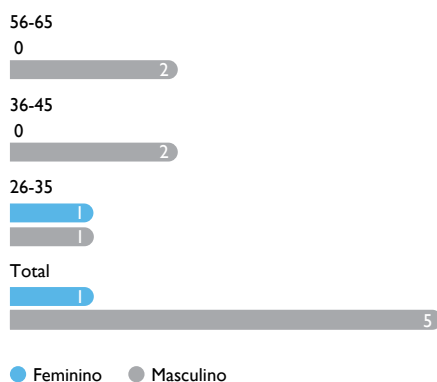
TOTAL DE ENTRADAS DE COLABORADORES, DISCRIMINADO POR GÉNERO E POR FAIXA ETÁRIA

(N.º)



TOTAL DE SAÍDAS DE COLABORADORES, DISCRIMINADO POR GÉNERO E POR FAIXA ETÁRIA

(N.º)



No que concerne às taxas de usufruto, retomo e de retenção após licença parental, por género, elas apresentam o valor de 4,5 % para o género masculino e de 0% para o género feminino no primeiro caso e de 100% para o género masculino e feminino, nos segundo e terceiro casos, apresentando-se de seguida respetivos dados relativos a colaboradores com direito a licença parental.

TAXA DE RETORNO E DE RETENÇÃO APÓS LICENÇA PARENTAL, POR GÉNERO

(N.º)

Colaboradores que continuam a trabalhar na empresa após 12 meses



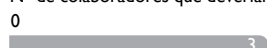
Colaboradores que retornaram ao trabalho há 12 meses ou mais após



Colaboradores que retornaram em 2011 após licença parental



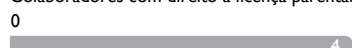
N.º de colaboradores que deveriam ter retomado em 2011 após licença



Colaboradores que usufruíram de licença parental em 2011



Colaboradores com direito a licença parental em 2011



● Feminino ● Masculino

LA5 2.2.1.2. GESTÃO DA RELAÇÃO LABORAL

A SANEST não dispõe de procedimentos para notificação referente a mudanças operacionais, sendo aplicado o especificado na legislação aplicável.

LA7 2.2.1.3. SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

LA8 Como já referido, em 2011 a SANEST realizou nova auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão de Segurança Certificado, mantendo a aludida certificação, processo que tem sido fundamental para o compromisso assumido de garantir adequadas condições de Segurança em ambiente laboral.

A identificação e a avaliação das condições de trabalho têm permitido caracterizar os potenciais riscos a que os colaboradores se encontram expostos no exercício das suas funções, tornando possível a implementação de medidas de controlo, para a redução da sinistralidade, com a disponibilização de meios destinados à prevenção e proteção coletiva e individual, assim como ao desenvolvimento de planos de emergência.

Ao nível do desempenho da Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho em 2011 destacam-se os seguintes aspetos:

- A definição e implementação de medidas preventivas adequadas, tendo em conta os resultados da avaliação de riscos da Beneficiação do tratamento da ETAR da Guia, para que nesta fase se possa minimizar o risco a que os colaboradores estão expostos nos locais de trabalho;
- A pressão exercida sobre o consórcio construtor para salvaguarda do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de SHST na Beneficiação do Tratamento e da implementação das medidas preventivas preconizadas;
- A continuidade do desenvolvimento das medidas de autoproteção para estas instalações;
- O reforço do acompanhamento no âmbito da SHST dos trabalhos em curso para, entre outras questões, eventual deteção de novas situações que igualmente necessitem de correção.
- A realização de diversas ações de formação/sensibilização em SHST e o reforço do levantamento de necessidades para o ano de 2012.

Em 2011 foram também realizadas três reuniões com os representantes dos trabalhadores para a SHST, das quais resultaram medidas de prevenção e de proteção implementadas ou a implementar e restante exercício de funções, de acordo com o previsto na legislação em vigor. A empresa dispõe, para esse efeito, de dois representantes eleitos dos trabalhadores em matéria de SHST (acrescidos de dois suplentes) que representam a totalidade dos colaboradores da empresa

No ano 2011 ocorreram menos acidentes que no ano de 2010. Contudo, estes resultaram em baixas com mais dias de duração, revelando-se num aumento do índice de gravidade e do índice de duração. O índice de frequência, em consequência da diminuição do número de acidentes, revelou uma redução, ainda que pouco significativa. Tendo em conta o acréscimo verificado em alguns dos índices apresentados, conforme descrito, foram estabelecidas metas específicas ao nível da SHST, nos objetivos, metas e programas de gestão para o ano de 2012.

A taxa de absentismo, obtida através da fórmula de ausências ao trabalho/ potencial de horas de trabalho no ano foi, em 2011, de 5,15 %, taxa esta, que diminuiu comparativamente com os anos anteriores: no ano de 2010 a taxa de absentismo foi de 5%.

Para o absentismo deste ano concorreram essencialmente as ausências devido a baixas por doença e por acidente de trabalho.

Apresenta-se de seguida respetivo quadro resumo, por género:

TAXAS DE LESÕES, DOENÇAS OCUPACIONAIS, ABSENTISMO E ÓBITOS RELACIONADOS COM O TRABALHO

(-, %, N.º)

Taxa de frequência	Total	38,88
	Masculino	25,92
	Feminino	12,96
Taxa de doenças profissionais	Total	0
	Masculino	0
	Feminino	0
Taxa de gravidade	Total	2.191
	Masculino	1.452
	Feminino	739
Taxa de absentismo	Total	5,2%
	Masculino	2,7%
	Feminino	2,5%
	Total	0
Óbitos	Masculino	0
	Feminino	0
	Total	0

Relativamente às doenças graves destaca-se novamente a manutenção no grupo de empresas subscritoras do “código de conduta empresas e VIH”, elaborado no âmbito da Plataforma Laboral contra a SIDA, assumindo-se a SANEST como

interlocutora privilegiada na resposta à infeção pelo VIH no local de trabalho, nomeadamente nas vertentes da não discriminação, da prevenção e do acesso ao tratamento.

Em 2012 em matéria de SHST serão desenvolvidas um conjunto de ações específicas no âmbito do Sistema de Gestão em vigor, permitindo e garantindo a respetiva melhoria contínua, destacando:

- Revisão da identificação de requisitos legais de forma a colmatar as falhas identificadas na auditoria externa. Acompanhamento, em conjunto com as DAR, da adoção dos diplomas aplicáveis.
- Na gestão das ações corretivas e preventivas dar continuidade à sensibilização dos intervenientes para a necessidade de acompanhamento e fecho das ações específicas de cada processo e identificação de novas situações.
- Dar continuidade às ações desenvolvidas de forma a promover a melhoria das condições de segurança, higiene e saúde no trabalho, considerando, entre outras questões, os resultados obtidos da avaliação de riscos das instalações.
- Otimizar a gestão da emergência promovendo a respetiva implementação dos documentos em fase de finalização.

LA10 2.2.1.4. FORMAÇÃO E DESEMPENHO

LA12 A Política de desenvolvimento dos colaboradores do Grupo Águas de Portugal visa garantir a harmonização das exigências do negócio com o desenvolvimento individual dos colaboradores por forma a conciliar as necessidades estratégicas do Grupo com as competências, expectativas e motivação dos colaboradores.

Esta política está assente nos seguintes princípios:

- Planos de formação à medida;
- Carreiras profissionais orientadas;
- Talentos críticos;
- Retorno do investimento;
- *Mentoring/Tutoring*;
- Parcerias com entidades nacionais e internacionais;
- Estimular o desenvolvimento dos colaboradores;
- Caminhar para a autogestão da carreira.

Deste modo a formação profissional é um dos pilares da política de gestão de recursos humanos e como tal, um instrumento de valorização de competências dos colaboradores, cujo planeamento é efetuado anualmente a partir do levantamento exaustivo das necessidades de formação individuais e coletivas.

Em 2011, 86 colaboradores participaram em 96 ações de formação e sensibilização, perfazendo um total de 2222 horas ministradas (2306 horas incluindo administração, correspondendo a 26 horas de formação por colaborador), o que em relação aos dois anos anteriores representa alguma desaceleração face ao aumento do número de colaboradores. Apesar dos esforços desenvolvidos ao longo do ano foi notório o cancelamento de ações de formação programadas por entidades formadoras externas, em grande parte devido à situação económica atual, daí resultando um menor índice de concretização do plano de formação.

HORAS DE FORMAÇÃO ANUAIS

(H)

horas



● 2011 ● 2010 ● 2009

HORAS DE FORMAÇÃO ANUAIS

(H)

h/ colaborador



● 2011 ● 2010 ● 2009

O total de horas de formação apurado em 2011 (2303) corresponde a um total de 1630 e 673 horas de formação, respetivamente para os colaboradores do género masculino e do género feminino.

Apresenta-se de seguida a média de horas de formação anuais, por colaborador e por administrador executivo, discriminado por categoria funcional e por sexo:

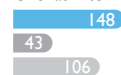
TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO POR CATEGORIA E POR GÉNERO

(H)

Chefias



Chefias intermédias



Técnicos superiores ou

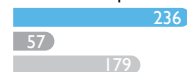


Técnicos operacionais



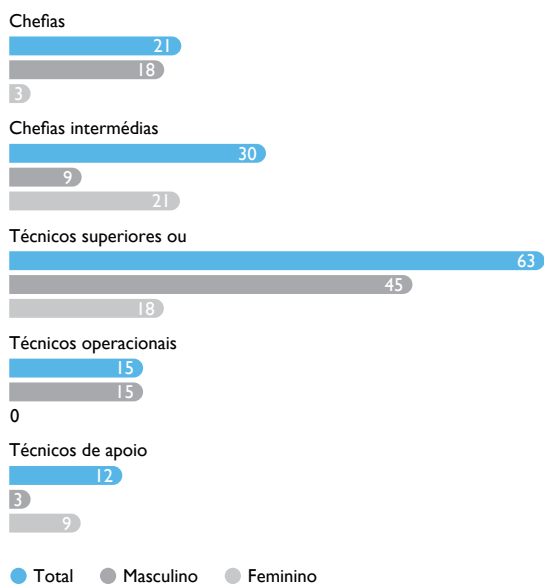
0

Técnicos de apoio



● Total ● Masculino ● Feminino

MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR COLABORADOR, POR CATEGORIA E POR GÊNERO (H)



O Processo de gestão do desempenho do Grupo AdP, prevê que a avaliação não seja um ato isolado, mas antes parte de um processo permanente e contínuo que integra a observação, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento dos colaboradores.

A gestão do desempenho assenta em 4 atividades principais, e permite o alinhamento do desempenho individual dos colaboradores com a estratégia e objetivos da empresa. Essas atividades são:

- A definição de objetivos efetuada anualmente tendo por base, os indicadores de performance definidos para cada área e os indicadores de performance definidos para cada empresa.
- O acompanhamento e “*feedback*” feito na relação de supervisão, com ênfase na informação de retorno sobre o desempenho e na eventual revisão, a meio do ano, dos objetivos estabelecidos.
- A avaliação anual que engloba duas vertentes ou dimensões: objetivos e competências.
- A entrevista que tem por objetivo comunicar e discutir os resultados da avaliação, identificar ações para a melhoria do desempenho do indivíduo na função atual, bem como a sua preparação e orientação para novas responsabilidades e exigências que se perspetivam. Culmina com a elaboração, de um plano de desenvolvimento pessoal.

A definição de objetivos, é uma parte fundamental do processo, pois assegura o alinhamento de todos os colaboradores, com as necessidades da empresa. O conjunto de objetivos definidos para cada colaborador deverá respeitar as seguintes regras:

- **Específicos:** quais são os resultados a atingir?
- **Mensuráveis:** que critérios vamos utilizar para medir o sucesso? (ex: tempo, custo, qualidade).
- **Acordados:** o colaborador deverá concordar com os objetivos definidos para que se comprometa com a sua realização.
- **Realistas:** nem muito fáceis nem muito difíceis de alcançar.
- **Temporais:** estabelecimento de metas temporais para cada objetivo.

Os administradores executivos são anualmente avaliados em função do cumprimento dos objetivos fixados nos contratos de gestão celebrados, nos termos do previsto no Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro. Na assembleia geral ordinária que aprovou as contas referentes ao exercício de 2011, os acionistas consideraram cumpridos os objetivos de gestão fixados para 2011 que, nos termos referidos no relatório de gestão do exercício de 2011 e com base no disposto no Contrato de Gestão, atingiu o valor global de 2,20.

No entanto, nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 8/2012, de 18 de janeiro, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos administradores executivos.

Em 2011, também em relação aos colaboradores, não houve lugar à atribuição de remuneração variável, referente ao desempenho dos colaboradores no ano de 2010.

No ano de 2011, 90% dos colaboradores foram avaliados de acordo com a metodologia preconizada no sistema de avaliação de desempenho em vigor (sendo 66% do género masculino e 24% do género feminino).

Na sequência da avaliação de desempenho, o plano de formação de cada colaborador poderá ser ajustado em função das áreas identificadas como a melhorar.

Para 2012 e no que respeita à formação, considerando as dificuldades de execução do plano de 2011 devido ao cancelamento de grande número de ações, pretende-se adotar a formação in house para matérias cuja transversalidade permitam garantir um número de formandos suficiente a um custo adequado. Esta solução garantirá a realização das ações, ainda que apresente algumas dificuldades de logística e de gestão de agenda, para garantir a continuidade da operacionalidade das diferentes áreas.

2.2.1.5. DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A SANEST rejeita todas as formas de discriminação, sendo este um dos princípios básicos que regem as suas atividades e que está coberto pela legislação em vigor em Portugal.

LA13
HR4

Este princípio, entre outros, encontra-se consagrado no código de conduta e ética que estabelece:

“O Grupo AdP reprovava qualquer forma de discriminação, seja em razão de raça, etnia, sexo, idade, deficiência física, convicção religiosa, opinião pública ou filiação política, condenado ainda qualquer forma de assédio sexual ou psicológico, de conduta verbal ou física de humilhação, de coação ou de ameaça.”

Destacam-se, seguidamente, alguns aspetos do quadro de pessoal, nomeadamente, número médio de colaboradores, repartição do efetivo, estrutura etária, habilitações académicas, vínculo à empresa e outros.

A distribuição da estrutura etária do efetivo da SANEST regista uma maior concentração na faixa dos 36 aos 45 anos, para ambos os géneros, com 42% dos colaboradores com uma média de 40 anos de idade. Salienta-se no entanto que 36% dos colaboradores têm idade inferior a 36 anos.

No que respeita à distribuição etária por categoria profissional regista-se também na faixa dos 36 aos 45 anos a maior abrangência em todas as categorias à exceção

A SANEST REJEITA
TODAS AS FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO, SENDO
ESTE UM DOS PRINCÍPIOS
BÁSICOS QUE REGEM AS
SUAS ATIVIDADES E QUE
ESTÁ COBERTO PELA
LEGISLAÇÃO EM VIGOR EM
PORTUGAL.

dos técnicos superiores que representam 56 % no escalão etário abaixo, dos 26 aos 35 anos.

Verifica-se que no que respeita ao género, os colaboradores estão representados em todas as categorias profissionais, à exceção dos técnicos operacionais, facto justificado pela tipologia de trabalho realizado.

No que concerne à caracterização dos colaboradores por categoria, pode constatar-se no gráfico seguinte a respetiva distribuição. Destaca-se a representatividade de colaboradores de outras nacionalidades ao nível das chefias intermédias.

Pode observar-se no quadro seguinte a caracterização e a repartição do efetivo da SANEST, incluindo estes e outros aspetos relevantes.

CARACTERIZAÇÃO E REPARTIÇÃO DO EFETIVO DA SANEST

	Total		<19		19-25		26-35		36-45		46-55		56-65		>65	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Chefias	2	1	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0
Chefias intermédias	2	3	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	0	0	0	0
Técnicos superiores ou equiparados	7	11	0	0	0	0	4	6	3	3	0	1	0	1	0	0
Técnicos operacionais	43	0	0	0	2	0	15	0	16	0	6	0	4	0	0	0
Técnicos de apoio administrativo	7	12	0	0	0	0	2	3	3	5	2	3	0	1	0	0

Ao nível das chefias intermédias um colaborador tem nacionalidade Angolana. Na categoria de técnicos operacionais um colaborador é portador de deficiência e três colaboradores têm nacionalidades minoritárias, sendo um colaborador de nacionalidade Brasileira e 2 de nacionalidade Ucraniana.

LA 3 2.2.1.6. REMUNERAÇÃO E OUTROS BENEFÍCIOS

LA14 Uma política retributiva adequada é cada vez mais um fator importante no processo de criação de valor nas organizações.

Para tanto o grupo Águas de Portugal desenvolveu uma política retributiva que visa garantir uma gestão homogénea e equitativa do ponto de vista interno e, em simultâneo, a competitividade externa por forma a incentivar a consecução dos objetivos de negócio, atraindo, retendo e motivando os melhores colaboradores.

Esta política de retribuição é assente em princípios de equidade interna e de competitividade externa, de modo a atrair, motivar e reter os colaboradores necessários ao desenvolvimento da SANEST e do Grupo Águas de Portugal.

Por outro lado, a retribuição fixa base deverá diferenciar-se pelo valor relativo das funções que se expressa nos níveis salariais. Diferenciação de retribuição entre titulares de funções de valor equivalente devem estar correlacionadas com o mérito dos colaboradores, reconhecido através do processo de avaliação do desempenho. Neste sentido o crescimento salarial deve estar correlacionado com o mérito do

colaborador, considerando-se o processo de avaliação de desempenho o veículo para alavancar esta premissa.

Deste modo, a política retributiva da SANEST tem como grandes objetivos:

- remunerar os seus colaboradores com base no desempenho demonstrado e na posição estratégica e no nível de contribuição da sua função para o core da empresa;
- promover a melhoria do desempenho individual e do trabalho de equipa;
- assegurar a competitividade salarial para atrair, reter e desenvolver os colaboradores;
- assegurar a equidade interna e a competitividade salarial externa; e
- clarificar a política de remunerações e outros benefícios.

Destaca-se de seguida a relação do salário médio entre homens e mulheres para as diferentes categorias profissionais.

RÁCIO RETRIBUIÇÃO TOTAL MENSAL MÉDIA ENTRE MULHERES E HOMENS, POR CATEGORIA FUNCIONAL



RÁCIO RETRIBUIÇÃO BASE MENSAL MÉDIA ENTRE MULHERES E HOMENS, POR CATEGORIA FUNCIONAL



*não aplicável, tendo em consideração que na categoria de técnicos operacionais os colaboradores são todos homens.

HR1 2.2.2. DIREITOS HUMANOS

HR2 2.2.2.1. PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E CONTRATAÇÃO

HR3

HR10

No âmbito da Certificação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social a SANEST desenvolveu e atualizou a sua Política de Gestão e Compromissos associados, de forma a incluir requisitos específicos da norma SA8000, com consequente adesão voluntária ao conjunto de princípios e cartas internacionais previstos na referida norma. Os compromissos assumidos pela empresa implicam o desenvolvimento, não só de procedimentos internos, como também de práticas de investimento e de contratação alinhadas com princípios fundamentais.

As estratégias de contratação de fornecedores são as que decorrem da legislação nacional aplicável, sendo no entanto definidos critérios de seleção ajustados a cada caso de forma a promover a igualdade de oportunidades e a salvaguarda do atrás especificado. Assim, além das cláusulas relativas à obrigatoriedade do cumprimento legal, incluídas nos contratos com os fornecedores, têm sido definidos critérios específicos que visam assegurar a adoção das boas práticas definidas pela empresa. Para esse efeito, em 2010 a SANEST aprovou o regulamento de entidades externas contratadas (REEC), que inclui requisitos de Responsabilidade Social, de Ambiente e de SHST, com obrigatoriedade da assinatura da respetiva declaração de aceitação por parte das referidas empresas. O REEC passou a fazer parte integrante dos requisitos de contratação nos novos contratos realizados a partir do segundo semestre de 2010, sendo que em 2011 todos os novos contratos (sejam de empreitadas, fiscalização e projetos, de operação e manutenção de infraestruturas e outros) incluíram as cláusulas referenciadas (abrangendo assim cláusulas de direitos humanos).

Para as empresas que detêm contratos anteriores a essa data o regulamento tem vindo a ser enviado de forma sistemática e planeada, sendo que o primeiro envio abrangeu as empresas que constam da lista de fornecedores aprovados, no contexto da respetiva avaliação e o segundo envio, empresas com fornecimentos de valor anual superior a 5 000 euros.

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado a SANEST realizou pelo segundo ano consecutivo a avaliação dos fornecedores, de acordo com o especificado em procedimento interno aprovado, que inclui questões no âmbito da Responsabilidade Social. Foram avaliados 77 Fornecedores, um dos quais (de grande relevância na empresa) foi também avaliado através da realização de auditoria específica à norma de referência.

No ano de 2011 a SANEST realizou também uma ação de formação no âmbito da Responsabilidade Social, no contexto da aplicação do regulamento de entidades externas contratadas, que contou com a participação de 18 fornecedores.

A nível interno, em 2011, foram formados um total de 74 colaboradores em políticas e procedimentos relativos a aspetos de direitos humanos relevantes para as operações, representando um total de 94 horas de formação.

Para 2012, a comissão executiva da AdP SGPS deliberou aprovar a uniformização do procedimento de avaliação de fornecedores, devendo o aludido procedimento estar implementado em todas as empresas do Grupo até ao final do ano. Este objetivo pressupõe o necessário desenvolvimento de suporte informático adequado (ao nível da AdP), de forma a permitir a aplicação e o cumprimento do objetivo estipulado, sendo igualmente necessária a criação de um grupo de trabalho

interno. Deverá este grupo de trabalho acomodar também o desenvolvimento de metodologia que permita, neste âmbito, um maior controlo sobre as entidades externas contratadas, especificamente no que em matéria de Responsabilidade Social diz respeito, de forma a aplicar as restantes (e eventuais novas) metodologias previstas de acompanhamento de entidades externas contratadas.

2.2.2.2. DISCRIMINAÇÃO, TRABALHO INFANTIL, TRABALHO FORÇADO E REMEDIAÇÃO (HR4, HR6, HR7)

HR4

HR6

HR7

Não foram identificados em 2011 quaisquer casos de discriminação associados ao direito de liberdade de associação e sindicalização. O mesmo se aplica ao trabalho infantil e ao trabalho forçado e compulsório. Qualquer destas situações está salvaguardada nos compromissos de Responsabilidade Social assumidos em 2010 pela SANEST, compromissos que fazem parte integrante da Política de Gestão em vigor na empresa. Não foram por esse motivo desenvolvidas quaisquer ações de remediação.

2.2.2.3. LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLETIVA (LA4, HR5)

LA4

HR5

Relativamente a organizações sindicais, 11 colaboradores da SANEST são sindicalizados, correspondendo a um total de cerca de 13 % do efetivo da empresa. Os trabalhadores não são abrangidos por contrato de negociação coletiva.

Quanto à representação dos colaboradores 100% estão representados para questões no âmbito da Responsabilidade Social, tendo em 2011 decorrido novo processo de eleição do representante dos trabalhadores para a SA 8000, do qual resultou a eleição de dois representantes (e dois suplentes).

2.2.3. COMUNIDADE E RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

SO1

2.2.3.1. COMUNIDADE LOCAL (SO1, SO9, SO10)

SO9

SO10

A empresa desenvolveu em 2011, no âmbito da elaboração do seu Relatório de Sustentabilidade, uma avaliação do impacto das suas atividades nas comunidades locais, definindo medidas de prevenção e de mitigação implementadas ao nível das operações com potencial mais significativo nas referidas comunidades.

Tal avaliação faz parte integrante dos indicadores a reportar no anexo ao presente relatório. Destacamos no entanto em 2011, entre outras questões, o seguinte:

- Definição de medidas de enquadramento paisagístico das instalações.
- Realização de ações no âmbito da campanha de comunicação “Amar o Mar” relativa à beneficiação do tratamento.
- Desenvolvimento de PGA e PSS de projeto para ter em conta as condições e técnicas de execução das obras e implementação das diversas medidas de minimização de impacto ambiental e de prevenção.
- Regulamento de Entidades Externas Contratadas integrado como requisito contratual. São também integrados requisitos específicos ao nível da legislação aplicável (impondo condições contratuais adequadas a terceiros).
- Realização de estudos de ruído ambiental, na envolvente das instalações da beneficiação do tratamento da ETAR da Guia Fase Líquida e Fase Sólida e consequente aplicação de medidas de insonorização nas referidas instalações (ETAR da Guia Fase Líquida e Fase Sólida - compressores de biogás, cogeradores e aero-refrigeradores).
- Monitorização das fontes de emissão associadas às caldeiras de água quente e realização de estudos e auditorias aos sistemas de desodorização das instalações da beneficiação do tratamento da ETAR da Guia Fase Líquida e Fase Sólida.

- Encaminhamento dos odores provenientes das válvulas telescópicas do topo dos digestores para unidade de tratamento.

A SANEST, consciente da importância do diálogo com as partes interessadas, estruturou vários projetos na área da comunicação, com o objetivo de estabelecer uma relação de transparência e confiança com os seus *stakeholders*, nomeadamente, acionistas, clientes, colaboradores, comunidade, concedente (Estado Português), empresas do Grupo Águas de Portugal, entidades reguladoras e fiscalizadoras, financiadores e fornecedores.

A SANEST cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, tendo criado diversos mecanismos de comunicação com os *stakeholders*, entre os quais se destacam os inquéritos de satisfação de clientes, o sistema de tratamento e resposta a pedidos de informação e reclamações, reuniões periódicas com a comunidade, ações de comunicação interna com recurso à intranet, como veículo preferencial para divulgar a informação aos seus colaboradores.

Em 2011 a SANEST procedeu à aprovação do plano global de comunicação, que permitirá um planeamento integrado, maximizador da utilização e eficiência dos recursos disponíveis, através de uma total harmonia das ações e de mensagens, potenciando todos os momentos de comunicação.

Este plano engloba o plano de educação ambiental, que será implementado a partir de 2012, o qual permitirá o cumprimento de um dos objetivos da empresa, no âmbito da Responsabilidade Ambiental e Social, ao informar e contribuir para a educação dos mais novos, fidelizando as crianças e as suas famílias, mostrando o seu envolvimento na vida da comunidade.

Neste Plano a SANEST desenvolveu uma campanha direcionada aos mais novos personalizada numa mascote denominada "BUZZ". A nossa mascote terá, como não poderia deixar de ser, um papel fundamental nas campanhas uma vez que nela "o mar e as ondas da Costa do Estoril correm nas suas veias", elementos estreitamente ligados à atividade da empresa.



O facto de a SANEST ser hoje uma empresa reconhecida pela generalidade dos cidadãos da região cujo sistema gere, contribui para que seja convidada a colaborar e apoiar em ações externas, organizadas por diferentes entidades, através de presença efetiva em exposições e seminários ou da concessão de patrocínios.

Em 2011, a SANEST organizou e executou mais de quatro dezenas de ações no âmbito da Responsabilidade Social, internamente e externamente, abrangendo áreas transversais que vão da solidariedade social, ao ambiente e cultura.

No plano externo, destacam-se as atividades realizadas em colaboração ou diretamente nos municípios servidos pelo SSCE.

Na Amadora, no âmbito da divulgação e informação, a SANEST esteve presente com um stand institucional na feira das atividades económicas e na feira do Movimento Associativo da Brandoa. Nos dois casos foi possível interagir com milhares de pessoas que beneficiam do contributo diário que este Sistema dá ao Ambiente e à qualidade de vida dos seus munícipes.





Também na Amadora, no contexto de solidariedade social, a SANEST apoiou a recuperação do espaço de recreio da Quinta de S. Miguel, entidade que recebe e apoia menores em situação de família de risco.



Em Cascais, na ótica do Ambiente, a SANEST apoiou o programa “Marés Vivas”, durante a época balnear, através da produção dos painéis informativos de praia, do coordenador do litoral e dos meios de deslocação para a missão do coordenador. Participou no *Greenfestival*, evento dedicado à área do Ambiente e completou o apoio atribuído à Associação Alzheimer Portugal para a instalação de um sistema de aproveitamento energético, amigo do ambiente, para aquecimento.

Em Oeiras e no contributo de manutenção da qualidade dos areais, SANEST apoiou a produção de cerca de 5000 cinzeiros de praia que foram distribuídos pelas praias do município.



Também em Oeiras, apoiamos a festa de encerramento do programa de educação ambiental, participando numa ação de rua que envolveu mais de quatro centenas de crianças das escolas do referido município.

No que se refere a Sintra, num plano mais cultural, a SANEST apoiou o Festival de Música de Sintra e a Associação “O Chão de Oliva”.

Para 2012, a SANEST tem planeado a execução de ações no âmbito da Responsabilidade Social, seguindo a matriz desenvolvida no ano transato, aumentando a participação e envolvimento com a comunidade e *stakeholders*.

A SANEST tem ainda uma estreita ligação com associações de carácter profissional, industrial e técnico, aderindo e acompanhando assuntos relevantes para a empresa.

- APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental,
- APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas,
- APRH - Associação Portuguesa de Recursos Hídricos
- EWA - *European Water Association*
- PPA - Parceria Portuguesa para a Água

2.2.3.2. CORRUPÇÃO

O Código de Conduta e Ética aprovado pelo conselho de administração da SANEST e disponibilizado no seu sítio, www.sanest.pt, expressa o compromisso da SANEST com uma conduta ética nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis e a criação de um ambiente de trabalho que promova o respeito, a integridade e a equidade.

O código de conduta e ética pretende ser uma referência, formal e institucional, para a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, tornando-se um padrão de relacionamento, quer entre colaboradores, quer com os públicos externos.

Visa, igualmente, cimentar no Grupo a existência e a partilha de valores e normas de conduta, reforçando uma cultura comum, procurando promover relações de confiança entre o Grupo e os seus parceiros, reduzindo a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos e respondendo ao desafio cívico de alicerçar a sociedade em princípios éticos, que respeitem as orientações de organizações supranacionais.

SO2

SO3

SO4

Este código cobre as mais diversas áreas, nomeadamente a responsabilidade, o respeito pelas pessoas, o comportamento profissional, a conformidade com as leis, regras e regulamentos, o ambiente, higiene e segurança e o controlo do risco nas suas mais amplas interpretações (acidentes, risco operacional, riscos financeiros, climáticos, etc.)

O código de conduta e ética foi divulgado a todos os colaboradores da SANEST e está disponível no sítio da empresa na internet.

Em cumprimento da recomendação de 1 de julho de 2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, a SANEST adotou também, em dezembro de 2009, a aplicação do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Este plano tem como objetivo a identificação das principais áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do plano.

Com a adoção deste documento a SANEST pretende reforçar a cultura da empresa e dos seus colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e outras entidades, conforme os princípios orientadores que constam do código de conduta e ética do Grupo Águas de Portugal que a SANEST acolheu, nos termos e conforme já referido.

Tendo em vista a transparência e o bom governo da sociedade, e de forma a acolher a recomendação do conselho de prevenção da corrupção, a SANEST atualizou, em dezembro de 2011, este documento, disponibilizando a nova versão a todos os colaboradores e partes interessadas.

No âmbito do controlo e monitorização do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, compete à SANEST a responsabilidade por preencher os questionários de avaliação do respetivo cumprimento e garantir que as informações contidas são verdadeiras e que não são omissos voluntariamente ou suprimidos quaisquer factos relevantes para o combate à corrupção e infrações conexas. Esta avaliação tem sido efetuada pela empresa, de forma sistemática, no primeiro trimestre de cada ano.

Em 2011 foi efetuada avaliação no âmbito do preenchimento do questionário remetido pela AdP para avaliação do cumprimento do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, não tendo sido identificados incidentes a este nível. Em 2010 não foram formados colaboradores em políticas e procedimentos anticorrupção.

PR5 2.2.3.3. RECLAMAÇÕES

Em 2011 foram identificadas 7 reclamações. Estas estão relacionadas maioritariamente com a Beneficiação do Tratamento, especificamente com incomodidades provocadas por odores e ruído, com a empreitada da reabilitação do emissário das Marianas e uma com situação operacional.

O conselho de administração promoveu a realização de várias reuniões com os moradores residentes na proximidade da ETAR da Guia (Fase Líquida e Fase Sólida),

tentando antecipar situações e manter os mesmos informados sobre os problemas com que a SANEST se tem deparado ao longo do pré-arranque da instalação e a forma como os pretende resolver.

No início de construção da empreitada de Beneficiação do Tratamento, a SANEST montou um *call center* de apoio para o esclarecimento de dúvidas e promoveu por essa via a divulgação de informação a todos os interessados, nomeadamente, aos moradores das zonas da intervenção.

Com a conclusão das obras da referida empreitada, a SANEST continua a disponibilizar o número azul para informação, com o apoio da área de CEA, em articulação com as restantes direções e áreas da empresa.

A SANEST exerceu em 2011 grande pressão junto do consórcio construtor para a resolução das questões que estão na base das reclamações mencionadas, vindo a notificar o consórcio, por escrito, para a resolução das mesmas. Face à manifesta incapacidade do consórcio para terminar o pré-arranque e na resolução das questões não conformes na instalação, no final do ano foi rescindido o contrato da empreitada pela SANEST, tendo a SANEST tomado posse administrativa da obra já em janeiro de 2012.

2.2.3.4. OUTRAS INSPEÇÕES, COIMAS SIGNIFICATIVAS E SANÇÕES (PR9)

PR9

Em 2011 a SANEST não foi sujeita a inspeções, coimas significativas ou sanções resultantes de não-conformidades relativas ao cumprimento de leis e regulamentos.

TÉCNICAS DE MEDIÇÃO - ANEXO 1

NO_x, SO_x e outras emissões atmosféricas significativas (kg/ano)

Emissões atmosféricas de poluentes gasosos (NO_x, SO_x, compostos orgânicos totais, compostos orgânicos voláteis não metânicos, partículas e outros poluentes relevantes) em toneladas/ano.

Inclui emissões de fontes fixas e fontes móveis.

Fatores de conversão:

0,0344 GJ/l - Poder calorífico da gasolina

0,0372 GJ/l - Poder calorífico do gasóleo

0,0249 GJ/l - Poder calorífico do GPL

0,6 kg NO_x/GJ - Fator de emissão do NO_x resultante da combustão de gasolina

0,8 kg NO_x/GJ - Fator de emissão do NO_x resultante da combustão de gasóleo

0,075 kg SO₂/GJ - Fator de emissão do SO₂ resultante da combustão de gasolina

0,21 kg SO₂/GJ - Fator de emissão do SO₂ resultante da combustão de gasóleo

1,5 kg COVNM/GJ - Fator de emissão de COVNM resultantes da combustão de gasolina

0,2 kg COVNM/GJ - Fator de emissão de COVNM resultantes da combustão de gasóleo

Fonte: IPCC 2006

Consumo de eletricidade da rede - Energia indireta (GJ/ano)

Consumo de eletricidade da rede.

3,6 = Fator de conversão (GJ/MWh)

Consumo de energia primária resultante do consumo de eletricidade - energia indireta (GJ/ano)

Consumo total de eletricidade e quantidade de energia primária associada à sua produção.

Consumo de eletricidade da rede (KWh/ano)

3,6 = Fator de conversão (GJ/MWh)

0,9535 GJ/GJ - Fator de conversão de eletricidade consumida pela empresa para consumo de energia primária

0,4613 GJ/GJ - Fator de conversão de eletricidade consumida pela empresa para consumo de combustível primário - carvão

0,0141 GJ/GJ - Fator de conversão de eletricidade consumida pela empresa para consumo de combustível primário - fuelóleo

0,0011 GJ/GJ - Fator de conversão de eletricidade consumida pela empresa para consumo de combustível primário - gasóleo

0,4438 GJ/GJ - Fator de conversão de eletricidade consumida pela empresa para consumo de combustível primário - gás natural

0,0331 GJ/GJ - Fator de conversão de eletricidade consumida pela empresa para consumo de combustível primário - resíduos florestais

Os fatores de conversão foram calculados com base no RS EDP 2010 - dados referentes a Portugal.

Consumo de energia direta - gasolina, gasóleo, GPL, Gás Natural, Propano - (GJ/ano)

Consumo total de energia direta sob a forma de gasolina, gasóleo, GPL, gás natural e propano

0,034 = Fator de conversão da gasolina (GJ/l). Valor obtido utilizando a densidade média do combustível e o fator de conversão retirado da legislação em vigor (Despacho 17313/2008 de 26 de Junho)

0,036 = Fator de conversão do gasóleo (GJ/l). Valor obtido utilizando a densidade média do combustível e o fator de conversão retirado da legislação em vigor (Despacho 17313/2008 de 26 de Junho)

0,027 = Fator de conversão do GPL (GJ/l)

0,0386 = Fator de conversão do gás natural (GJ/m³)

0,025 = Fator de conversão do propano (GJ/l).

0,511 kg/l - densidade do propano a 15°C

Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa (ton)

Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa associadas ao consumo de eletricidade e combustíveis (gasolina, gasóleo, propano, gás natural e GPL).

0,034 = Fator de conversão da gasolina (GJ/l). Valor obtido utilizando a densidade média do combustível e o fator de conversão retirado da legislação em vigor (Despacho 17313/2008 de 26 de Junho)

0,036 = Fator de conversão do gasóleo (GJ/l). Valor obtido utilizando a densidade média do combustível e o fator de conversão retirado da legislação em vigor (Despacho 17313/2008 de 26 de Junho)

0,027 = Fator de conversão do GPL (GJ/l)

0,0386 = Fator de conversão do gás natural (GJ/m³)

0,025 = Fator de conversão do propano (GJ/l).

230 g CO₂/kWh - Fator de emissão da eletricidade (retirado do site da ERSE - média dos valores mensais de 2010)

0,0686 ton CO₂/GJ = Fator de emissão da gasolina retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º 2007/589/CE de 18 de Julho)

0,0741 ton CO₂/GJ = Fator de emissão do gasóleo retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º 2007/589/CE de 18 de Julho)

0,063 ton CO₂/GJ = Fator de emissão do GPL retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º 2007/589/CE de 18 de Julho)

0,0737 ton CO₂/GJ = Fator de emissão do propano

0,0561 ton CO₂/GJ = Fator de emissão do gás natural retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º 2007/589/CE de 18 de Julho)

Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, discriminadas por sexo (-,%n.º)

Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, discriminados por sexo.

A **Taxa de Frequência** (IF) é o número total de acidentes (fatais e não fatais) ocorridos em relação ao número de horas efetivamente trabalhadas pelo total de colaboradores no período de referência do relatório

A **Taxa de Doenças Profissionais** (TDP) é o número de doenças profissionais ocorridas em relação ao número de horas efetivamente trabalhadas pelo total de colaboradores no período de referência do relatório

A **Taxa de Gravidade** (Tg) é o número total de dias perdidos em relação ao número de horas efetivamente trabalhadas no período de referência do relatório

A **Taxa de Absentismo** (TA) é a percentagem do número de dias de ausência em relação ao total de dias potenciais no período de referência do relatório

O **número de Óbitos** (O) corresponde ao número de fatalidades resultantes de uma lesão ou doença profissional sofrida ou contraída no local de trabalho no período de referência do relatório



ÍNDICE GRI.



ÍNDICE GRI - QUALIDADE

		Resposta	Página
1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE			
1.1	Mensagem do Presidente		5
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades		14-15, 30-32
2. PERFIL ORGANIZACIONAL			
2.1	Nome da organização		10
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços		13-15
2.3	Estrutura operacional da organização		20-21
2.4	Localização da sede da organização	Rua Flor da Murta, Paço de Arcos	9, 14
2.5	Países em que a organização opera	Portugal	14
2.6	Tipo e natureza jurídica da organização		14
2.7	Mercados servidos		14, 17-18
2.8	Dimensão da organização		14
2.9	Mudanças significativas realizadas		8
2.10	Prémios/reconhecimentos recebidos	No período de reporte considerado não foram recebidos prémios ou outro tipo de reconhecimentos	-
3. PARÂMETROS DO RELATÓRIO			
PERFIL DO RELATÓRIO			
3.1	Período a que se referem as informações	1 Janeiro 2011 a 31 Dezembro 2011	8
3.2	Data do relatório mais recente	O relatório anterior diz respeito ao desempenho de 2010	8
3.3	Ciclo de reporte	Anual	8
3.4	Contactos para questões relacionadas com o relatório ou o seu conteúdo	“SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A. Área de Sistema de Responsabilidade Empresarial Rua Flor da Murta, Paço de Arcos Tel. e Fax 214462100 e 214462270 web: www.sanest.pt”	
ÂMBITO E LIMITES DO RELATÓRIO			
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório		8-9
3.6	Limites do relatório		8-9
3.7	Outras limitações de âmbito específico		8-9
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações subcontratadas e outras organizações que possam afectar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações		8-9
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos		34, 77-79
3.10	Explicação da natureza e das consequências de qualquer reformulação de informações contidas em relatórios anteriores		8-9
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores		8-9
ÍNDICE DE CONTEÚDO DO GRI			
3.12	Tabela que identifica a localização de cada elemento do relatório da GRI	S	80-90

		Resposta	Página
VERIFICAÇÃO			
3.13	Políticas e procedimentos actuais existentes para fornecer verificações externas do relatório		8
4. GOVERNAÇÃO			
4.1	Estrutura de Governação		19-22
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governação também seja um diretor executivo (e suas funções dentro da administração da organização)		20-21
4.3	Declaração do número de membros independentes ou não-executivos		20-21
4.4	Mecanismos que permitem aos acionistas e trabalhadores fazerem recomendações ao mais alto órgão de governação		30-31
4.5	Relação entre remuneração dos membros do mais alto órgão de governação, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental)		21
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governação para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados		22-23
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governação para definir a estratégia da organização para questões relacionadas com temas económicos, ambientais e sociais		19-20
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como o estado de sua implementação		15-17
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governação para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho económico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios		20-21
4.10	Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governação, especialmente com respeito ao desempenho económico, ambiental e social		20-21
4.11	Explicação sobre como o princípio de precaução é tratado pela organização		23-25
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa		15, 53, 71
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa		74
PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS			
4.14	Lista das principais partes interessadas da organização		31-32
4.15	Base para identificação e selecção das principais partes interessadas		31
4.16	Formas de consulta às partes interessadas		31-32, 71
4.17	Principais questões e preocupações apontadas pelos interessados como resultado da consulta, e como a organização responde a estas questões e preocupações		31-32

ÍNDICE GRI - QUANTIDADE

Indicador		Resposta	Página
INDICADORES ECONÓMICOS - EC			
Formas de gestão			
Aspeto: DESEMPENHO ECONÓMICO			
EC1	“Valor económico direto gerado e distribuído (milhares de euros)”	Valor económico direto gerado Receitas Valor económico distribuído Custos operacionais Salários e benefícios de empregados Pagamento a Fomecedores de Capital Pagamentos ao Estado Investimentos na comunidade Valor económico acumulado	55-56
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas		56
EC3	Cobertura das obrigações em matéria de plano de benefícios da organização (valor em euros)	Encargos sobre remunerações ou segurança social	–
EC4	Benefícios financeiros significativos, recebidos pelo governo (valor em euros)		57
Aspeto: PRESENÇA NO MERCADO			
EC5*	Variação da proporção do salário mais baixo comparado com o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes por género	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo nacional	“Rácio H: 1,35 Rácio M: 2,01”
EC6	Política, práticas, e proporção das despesas em fornecedores locais (milhares de euros)		–
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes		Os procedimentos de contratação adoptados são os que decorrem da Legislação nacional aos quais a SANEST está submetida
Aspeto: IMPACTES ECONÓMICOS INDiretoS			
EC8	“Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços fornecidos, essencialmente para benefício público através de compromisso comercial em géneros a extensão dos impactos”		Projeto de Integração Paisagística dos Espaços Exteriores e Áreas Envolventes da Estação de Tratamento da Fase Líquida e da Estação de Tratamento da Fase Sólida
EC9*	Identificação e descrição de impactos económicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos		Não reportado
INDICADORES AMBIENTAIS - EN			
Formas de gestão			
Aspeto: MATERIAIS			
EN1	Consumo de materiais por peso ou volume		42-43
EN2	Materiais utilizados que são resíduos reciclados de fontes externas		Não são utilizados / consumidos materiais reciclados

Indicador		Resposta	Página
Aspeto: ENERGIA			
EN3	Consumo direto de energia, segmentado por fonte primária	Gasolina (GJ/ano)	43-44
		Gasóleo (GJ/ano)	
EN4	Consumo indireto de energia, segmentado por fonte primária	Electricidade (GJ/ano)	43-44
EN5*	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	NR	
EN6*	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas	0	–
EN7*	Iniciativas para redução do consumo indireto de energia e a redução alcançada	NR	–
Aspeto: ÁGUA			
EN8	Consumo de água segmentado por fonte	Total (m³/ano)	44
EN9*	Fontes de água significativamente afectadas pelas captações de água	O impacto da captação é considerado pouco significativo, tendo em conta o baixo valor reportado	–
EN10*	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada	–	44
Aspeto: BIODIVERSIDADE			
EN11	Localização e áreas das terras pertencentes à organização, arrendadas ou por ela geridas, em áreas protegidas e em áreas ricas em biodiversidade, exteriores às áreas protegidas	–	45
EN12	Impactes significativos das atividades, produtos e serviços da organização na biodiversidade em áreas protegidas e em áreas ricas em biodiversidade exteriores às áreas protegidas		45-46
EN13*	Habitats protegidos ou restaurados	–	45-46
EN14*	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão dos impactes na biodiversidade		45-46
EN15*	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e da lista de conservação nacional de espécies com habitat em áreas afectadas pelas operações, discriminadas por nível de risco de extinção	NR	
Aspeto: EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS			
EN16	Total de emissões de gases com efeito de estufa, directas e indirectas, por fonte de energia	Gasolina (ton/ano)	47
		Gasóleo (ton/ano)	
		Electricidade (ton/ano)	
		TOTAL (ton/ano)	
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa relevantes, por peso	–	47-48
EN18*	Iniciativas de redução das emissões de gases com efeito de estufa e a redução alcançada	NR	

Indicador		Resposta	Página
EN19	Emissões de substâncias destruidoras de ozono, por peso	A SANEST mantém atualizado o levantamento dos equipamentos com substâncias que empobrecem a camada de ozono que existem nas suas instalações. Nestes equipamentos a SANEST continuou a promover a realização das atividades de manutenção, conforme a legislação em vigor.	48
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	–	47
EN21	Total de efluentes líquidos classificados por qualidade e por destino	Total (m ³ /ano)	–
EN22	Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento	Resíduos perigosos (ton/ano)	49-50
		Valorização (Códigos R) (ton/ano)	
		Eliminação (Códigos D) (ton/ano)	
		Resíduos não perigosos (ton/ano)	
		Valorização (Códigos R) (ton/ano)	
		Eliminação (Códigos D) (ton/ano)	
EN23	Número e volume total de derrames significativos	–	48-49
EN24*	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	Na SANEST todos os resíduos são entregues a operadores licenciados nacionais, pelo que não é efetuado qualquer movimento transfronteiriço de resíduos, considerando-se por isso que este indicador é não aplicável	–
EN25*	Identificação, tamanho, estado de protecção, e valor da biodiversidade das fontes de água (e respectivos ecossistemas ou habitats) significativamente afectadas pela descarga e escoamento de água realizados pela organização relatora	–	45
Aspeto: PRODUTOS E SERVIÇOS			
EN26	Iniciativas de mitigação dos impactes ambientais dos produtos e serviços da organização, e a extensão do impacte da mitigação	Este indicador é reportado ao longo de todos os indicadores ambientais	–
EN27	Percentagem recuperada dos produtos vendidos e das suas respectivas embalagens	No âmbito da atividade da SANEST (prestação de serviços) não são produzidos produtos nem embalagens, como tal este indicador não é aplicável	–

Indicador		Resposta	Página
Aspeto: CONFORMIDADE			
EN28	Valor monetário de multas significativas e o número total de sanções não-monetárias, pelo não cumprimento das leis e regulações ambientais	Valor (euros)	51
Aspeto: TRANSPORTE			
EN29*	Impactes ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores	Valor (euros)	De acordo com o já reportado nos indicadores EN16 e EN17
Aspeto: GERAL			
EN30*	Total de gastos e investimentos ambientais por tipo	Valor (euros)	–
INDICADORES SOCIAIS - EMPREGO - LA			
Formas de gestão			
Aspeto: EMPREGO			
LA1	Mão-de-obra total por tipo de emprego (tempo integral ou parcial), tipo de contrato de trabalho (integral ou parcial) e por região e por género	Total Trabalhadores Tipos de contrato	61
LA2	Criação de empregos, novas contratações e taxa de rotatividade por faixa etária, género e região	Total de Saídas em 2010 Taxa Rotatividade Global Mulheres Homens Faixa etária	– 62
LA3*	Benefícios para os colaboradores a tempo integral, que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial		– 69-70
LA15	Taxa de retorno e de retenção após licença parental, por género		63
Aspeto: TRABALHO/RELAÇÕES DE GESTÃO			
LA4	Percentagem de empregados representados por organizações sindicais		– 72
LA5	Período mínimo de anúncio sobre mudanças nas operações da organização relatora, incluindo se está especificado em acordos sindicais		Os prazos adoptados são os que decorrem da Legislação do Trabalho 63
Aspeto: SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL			
LA6*	Percentagem da mão-de-obra total representada em comités formais de saúde e segurança, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam na monitorização e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional		100,00% –
LA7	Tipo de lesões, dias perdidos, índice de absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por género	Nº de óbitos Taxa de acidentes/lesões Taxa de doenças ocupacionais Taxa de dias perdidos Taxa de absentismo	– 63-65
LA8	Educação, formação, aconselhamento, prevenção e programas de controlo de risco para assistir os colaboradores, as suas famílias, ou membros da comunidade, a respeito de doenças	Total de horas de formação em Higiene e Segurança no Trabalho	– 59-60, 63-64

Indicador		Resposta		Página
LA9*	Temas relativos a higiene e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos		A Empresa não dispõe de acordos de negociação coletiva, nem negocia diretamente com sindicatos, pelo que se considera esta viável não aplicável	–
ão				
LA10	Média de horas de formação por ano, por empregado e por categoria e por género	N.º Total de Horas de Formação		65-67
		N.º de horas por trabalhador		
		Categorias		
LA11*	Programas para gestão de competências e aprendizagem ao longo da vida que suportem a empregabilidade dos empregados e os assistam na gestão dos objectivos de carreira			65
LA12	Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira, por género			67-68
Aspeto: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES				
LA13	Composição da direcção e do grupo responsável pela governação empresarial; proporção homem/mulher, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	Caracterização dos trabalhadores por género e faixa etária, por categoria profissional	–	68-69
LA14	Rácio entre a média de salário e remuneração atribuído à mulher e a média de salário e remuneração atribuído ao homem, na mesma categoria profissional e local	Categorias	–	69-70
		Média Salário Homens		
		Média Salário Mulheres		
INDICADORES SOCIAIS - DIREITOS HUMANOS - HR				
Formas de gestão				
Aspeto: INVESTIMENTO E PRÁTICAS DE PROCUREMENT				
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos		–	71-72
HR2	Percentagem de empresas contratadas, fornecedores e outros parceiros de negócio, críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas		–	71
HR3*	Total de horas de formação para empregados em políticas e procedimentos relacionadas com os aspetos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de empregados que recebeu formação		–	71
Aspeto: NÃO-DESCRIMINAÇÃO				
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas corretivas tomadas			68-69, 72

Indicador		Resposta	Página
Aspeto: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E SINDICALIZAÇÃO			
HR5	Operações e fornecedores significativos identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode ser violado ou correr risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	–	72
Aspeto: TRABALHO INFANTIL			
HR6*	Operações e fornecedores significativos identificados como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a efetiva abolição do trabalho infantil	–	72
Aspeto: TRABALHO FORÇADO E COMPULSÓRIO			
HR7	Operações e fornecedores significativos identificados como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação de todas as suas formas	–	72
Aspeto: PRÁTICAS DE SEGURANÇA			
HR8*	Percentagem de pessoal de segurança treinado nas políticas e procedimentos relativos a aspetos de direitos humanos relevantes para as operações da organização	A SANEST não tem pessoal de segurança interno, sendo a segurança assegurada por empresa subcontratada. No ano de 2011 foi realizada uma ação para entidades externas contratadas, que contou com a participação de 2 elementos da aludida empresa	–
Aspeto: DIREITOS INDÍGENAS			
HR9*	Número total de ocorrências de violações de direitos das populações indígenas, e ações tomadas	A SANEST opera apenas em Portugal, pelo que este indicador não é aplicável	–
HR10	Percentagem e número total de operações que foram sujeitas a avaliações e ou análises de risco relativas a questões de direitos humanos	–	71-72
HR11	Número de reclamações relacionadas com direitos humanos, identificadas e resolvidas através de mecanismos formais	0	
INDICADORES SOCIAIS - SOCIEDADE - SO			
Formas de gestão			
Aspeto: COMUNIDADE			
SO1	Percentagem de operações com envolvimento da Comunidade local, avaliação de impactos e programas desenvolvidos.		72-74
SO9	Operações com potenciais impactos negativos na Comunidade		72-75
SO10	Medidas de prevenção ou mitigação implementadas em operações com potenciais impactos negativos na Comunidade		72-75

Indicador		Resposta	Página
Aspeto: CORRUPÇÃO			
SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio analisadas relativamente a riscos associados com corrupção		74-75
SO3	Percentagem de colaboradores formados nas políticas e procedimentos de anti-corrupção da organização		75
SO4	Acções como resposta a ocorrência de situações de corrupção		74-75
Aspeto: POLÍTICA PÚBLICA			
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	A SANEST não mantém nenhuma posição relativamente a políticas públicas	
SO6*	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas	A SANEST não contribui financeiramente para nenhum partido político	
Aspeto: CONCORRÊNCIA DESLEAL			
SO7*	Número total de acções judiciais por motivos de concorrência desleal, anti-trust, práticas de monopólio e seus resultados	A SANEST não opera em mercado concorrencial, pelo que se considera este indicador não aplicável	
Aspeto: CONCORDÂNCIA			
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias por não cumprimento de leis e regulações	0	
INDICADORES SOCIAIS - PRODUTO - PR			
Formas de gestão			
Aspeto: SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR			
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e a percentagem de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos	Existência de procedimento aprovado para avaliação de riscos e impactos ambientais do serviço prestado, visando a respetiva melhoria contínua	
PR2*	Número total de ocorrências de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado		49
Aspeto: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS			
PR3	Tipo de informação dos produtos e serviços requeridos pelos procedimentos, e percentagem de produtos e serviços sujeitos a tais requisitos de informação	Considera-se que a rotulagem é não aplicável, tendo em conta a tipologia do serviço prestado pela Empresa	
PR4*	Número de ocorrências de não-conformidade com a legislação e códigos voluntários referente a informações e rotulagem do produtos e serviços, por tipo	Não aplicável, considerando o comentário anterior	
PR5*	Práticas relacionadas com a satisfação do consumidor, incluindo resultados de pesquisa sobre o assunto		75-76

Indicador		Resposta	Página
Aspeto: PUBLICIDADE			
PR6	Programas para adesão a leis, padrões e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínios	0 (Não existem)	
PR7*	Número total de ocorrências de não conformidade com a legislação e com os códigos voluntários relativos a publicidade e marketing, incluindo anúncios, promoções e patrocínios, por tipo	0	
PR8*	Número total de reclamações substanciadas relacionadas com fuga de informação e perdas de dados de clientes	0	
Aspeto: CONCORDÂNCIA			
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços		76

* Indicadores complementares



Ao Conselho de Administração da
SANEST – Saneamento da Costa do Estoril, S.A.

Verificação independente do Relatório de Sustentabilidade 2011

Introdução

Fomos solicitados pela SANEST – Saneamento da Costa do Estoril, S.A. (SANEST), para procedermos à verificação independente do “Relatório de Sustentabilidade 2011” (Relatório). A verificação foi efetuada de acordo com as instruções e critérios definidos pela SANEST, referidos e divulgados no Relatório, e com os princípios e a abrangência descritos no Âmbito.

Responsabilidades

O Conselho de Administração da SANEST é responsável pela preparação do Relatório e divulgação da informação de desempenho apresentada e seus critérios de avaliação bem como pelos sistemas de controlo interno, processos de recolha, agregação, validação e relato da mesma. A nossa responsabilidade consiste na elaboração de um relatório contendo o nosso parecer sobre a adequação daquela informação baseada nos procedimentos de verificação independente que efetuámos e por referência aos termos acordados. Não assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer outro propósito, pessoas ou organizações.

Âmbito

Os nossos procedimentos de revisão foram planeados e executados de acordo com o *International Standard on Assurance Engagements 3000* (ISAE 3000), e com referência ao *Global Reporting Initiative*, versão 3.1 (GRI3.1), de forma a obter um grau moderado de segurança sobre a adequação da informação constante do Relatório bem como dos sistemas e processos que lhe servem de suporte. A extensão dos nossos procedimentos é menor que a de uma auditoria e, por consequência, o nível de fiabilidade é mais baixo, consistindo em indagações e testes analíticos e algum trabalho substantivo.

Relativamente à verificação da auto avaliação feita pela gestão dos níveis de conformidade do GRI3.1, o nosso trabalho consistiu na verificação da consistência com os requisitos da *GRI's Reporting Framework Application Levels*.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077



Nesta verificação independente, os nossos procedimentos consistiram em:

- (i) Indagações à gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
- (iii) Verificar numa base de amostra a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculo e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostra, alguns procedimentos de substanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- (vi) Comparação dos dados financeiros e económicos constantes do “Relatório e Contas 2011” auditados pelo auditor financeiro, para aferir sobre a validação externa da informação reportada;
- (vii) Confirmar a existência de dados e informações requeridos para atingir o nível A, auto-declarado pela SANEST, pela aplicação dos níveis do GRI3.1.

Conclusões

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato da informação constante do Relatório não estão a funcionar de forma apropriada e que a informação divulgada, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes.

Tendo por base a nossa verificação do Relatório e das Diretrizes do GRI3.1, com os pressupostos incluídos no âmbito, concluímos que o Relatório inclui os dados e a informação requeridos para o nível A previsto no GRI3.1.

Lisboa, 12 de Outubro de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'António Joaquim Brochado Correia'.

António Joaquim Brochado Correia, ROC

SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A.
Rua Flor da Murta - Terrugem | 2770-064 | Paço de Arcos
Tel.: +351 214 462 100 | Fax: +351 214 462 270
E-mail: sanest@sanest.pt | www.sanest.pt

Edição - SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A.
Desenho gráfico - AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.
Direção de Marketing e Comunicação

SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A.
Rua Flor da Murta - Terrugem | 2770-064 | Paço de Arcos
Tel.: +351 214 462 100 | Fax: +351 214 462 270
E-mail: sanest@sanest.pt | www.sanest.pt

